

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

30 de setembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

COMPANHIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SISTEMAS DE ENSINO S.A.**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2025**
(Período findo em 30 de setembro de 2025)**Prezados Senhores:**

Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à sociedade em geral o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A. (“CBE” ou “Companhia”), referentes ao período findo em 30 de setembro de 2025, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

O exercício de 2025 foi marcado por mudanças societárias relevantes, em especial a alteração do exercício social, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2025, que passou a iniciar em 1º de outubro e encerrar em 30 de setembro do ano seguinte. Essa alteração promove maior alinhamento entre o ciclo operacional das unidades de negócio e o período de reporte financeiro, permitindo maior aderência entre os eventos comerciais e a apresentação dos resultados.

Como consequência direta dessa mudança, e de forma transitória, os valores apresentados neste relatório referem-se a um período de nove meses, enquanto o exercício anterior contemplou doze meses. Assim, as variações entre os exercícios devem ser analisadas à luz dessa diferença de duração, o que naturalmente reduz a comparabilidade dos valores absolutos entre os períodos. Adicionalmente, a Companhia historicamente tem uma concentração de receita entre outubro e dezembro, que agrava esta incomparabilidade entre o período de janeiro a setembro 2025 vs. janeiro a dezembro 2024.

Durante o período, a Companhia avançou em iniciativas estruturais relevantes, incluindo reorganizações societárias internas, investimentos em conteúdo e tecnologia, conclusão de obrigações remanescentes relacionadas a aquisições e fortalecimento da estrutura de capital por meio de emissões de debêntures. Tais movimentos reforçam a integração operacional das unidades de negócio e sustentam o posicionamento da Companhia na construção do maior ecossistema de soluções educacionais do Brasil.

1. DESEMPENHO OPERACIONAL

A receita operacional líquida consolidada do período findo em 30 de setembro de 2025 totalizou R\$1.218,1 milhões, em comparação aos R\$1.987,1 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Olhando para 9 meses terminando em setembro de 2025, margem bruta



foi 69,1%, compatível com o perfil de negócios da Companhia. Como resultado, o resultado operacional consolidado foi negativo em R\$175,5 milhões.

2. CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

A Companhia comercializa materiais didáticos cujos contratos seguem o calendário letivo brasileiro. O reconhecimento de receita ocorre mediante a entrega dos materiais, correspondendo ao ciclo denominado 'Ano Coleção', que vigora de outubro a setembro do ano subsequente. Este ciclo encontra-se agora alinhado ao novo exercício social da Companhia, cujo encerramento foi alterado para setembro.

Embora a contratação dos produtos pelas escolas ocorra, majoritariamente, até o final do ano civil, o reconhecimento contábil da receita é distribuído conforme as janelas de entrega. A Companhia apresenta forte sazonalidade, concentrando a maior parte da receita e do lucro bruto entre outubro e março — período que compreende o último trimestre do ano civil e o primeiro trimestre do ano seguinte — visando o início do ano letivo em fevereiro. As entregas remanescentes ocorrem entre abril e setembro. Ressalta-se que oscilações mensais ou trimestrais refletem o planejamento tático-operacional de entregas e não devem ser interpretadas, isoladamente, como indicadores de tendência de crescimento em comparação ao mesmo período do ano anterior. Portanto, para fins de mensuração de crescimento e comparabilidade de margens com períodos anteriores, recomenda-se a análise do ciclo completo de 12 meses, compreendido entre outubro e setembro.

3. INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados ao longo do período refletem o compromisso da Companhia com a evolução e qualidade de seus ativos pedagógicos e tecnológicos. No período, foram investidos R\$129,2 milhões em ativos intangíveis, sobretudo relacionados ao desenvolvimento de conteúdos educacionais e tecnologias associadas às plataformas de ensino, além de R\$7,3 milhões destinados à aquisição de imobilizado.

A Companhia concluiu ainda o pagamento da parcela remanescente relativa à aquisição da International School, no valor de R\$448,8 milhões.

Também foram realizadas emissões de debêntures nos montantes de R\$ 600 milhões em julho de 2025 e R\$ 200 milhões em agosto de 2025, reforçando a estrutura de capital e garantindo maior previsibilidade de caixa para suportar o ciclo operacional.

Por fim, destaca-se a incorporação do SAE Digital S.A. em 1º de setembro de 2025, medida que fortalece a integração entre as unidades de negócios e simplifica a estrutura societária da Companhia.



4. AUDITORIA EXTERNA

Em conformidade com as normas vigentes, informamos que os auditores independentes limitaram-se à execução dos trabalhos de auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao período findo em 30 de setembro de 2025. Não foram contratados serviços adicionais de consultoria que pudessem comprometer a independência dos auditores. O relatório emitido apresenta opinião sem ressalvas e inclui os comentários de ênfase e principais assuntos de auditoria pertinentes ao período.

A Administração

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Fortaleza, 15 de dezembro de 2025



Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

30 de setembro de 2025

Índice

Relatório da administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas....	4
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas	
Balanço patrimonial	10
Demonstração do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração dos fluxos de caixa	15
Demonstração do valor adicionado	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	18
Declaração dos diretores	99



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para período de nove meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 30 de setembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de nove meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future
with confidence**

Ênfase – Alteração do exercício social

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.1 (a) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia alterou o encerramento de seu exercício social, que anteriormente ocorria em 31 de dezembro de cada ano e, a partir deste exercício, passou a encerrar-se em 30 de setembro de cada ano, conforme deliberação dos acionistas e atualização de seu estatuto social. Consequentemente, no exercício corrente, as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa compreendem um período de nove meses, enquanto as respectivas demonstrações correspondentes do exercício anterior compreendem um período de doze meses. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade de ágio (“goodwill”)

A Companhia e suas controladas são requeridas a efetuar, ao menos anualmente, o teste de recuperabilidade do valor registrado em ágio na aquisição de investimentos, cujo saldo em 30 de setembro de 2025 eram de R\$ 1.907.121 mil, conforme divulgado na nota explicativa 10.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio na aquisição de investimentos é complexo e envolve um alto grau de subjetividade por parte da diretoria da Companhia em relação às principais premissas tais como: determinação da unidade geradora de caixa, taxas de descontos, taxas de crescimento, custos e despesas projetadas e rentabilidade dos negócios, em um horizonte de projeção de longo prazo.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes sobre os princípios e integridade dos modelos de fluxo de caixa futuros descontados elaborados pelo especialista da diretoria da Companhia; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iii) teste das principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas para o período de 5 anos e para a perpetuidade, o nível de investimentos de capital e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, comparando as referidas premissas com dados obtidos externamente e nossas próprias avaliações de dados relevantes, como o crescimento econômico projetado no período de 5 anos e na perpetuidade, inflação de custos e taxas de desconto; e (iv) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão e avaliação das premissas e métodos utilizados pela Companhia para testar as taxas de desconto e avaliar o modelo que calcula os fluxos de caixa futuros. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela diretoria da Companhia na nota explicativa 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio na aquisição de investimentos, que está consistente com a avaliação da diretoria da Companhia, consideramos que os critérios e premissas relacionados ao teste de valor recuperável do ágio, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes a período findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 15 de dezembro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos Santos Mota Filho', written over a light blue horizontal line.

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE-020.728/O

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Balço patrimonial

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	634.626	749.416	663.956	761.190
Aplicações financeiras	5	105.894	77.746	105.894	82.629
Contas a receber de clientes	6	530.233	917.614	579.580	1.004.375
Estoques	7	284.083	224.306	296.736	236.561
Impostos a recuperar	8	52.836	39.690	61.518	42.719
Partes relacionadas	9	6.062	5.357	7.181	6.631
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	9	-	40.421	-	-
Outras contas a receber		82.639	89.810	91.876	97.809
Total do ativo circulante		1.696.373	2.144.360	1.806.741	2.231.914
Não circulante					
Impostos diferidos	21	507.474	363.008	528.618	378.887
Impostos a recuperar	8	1.474	793	1.474	1.186
Aplicações financeiras	5	42.039	39.889	42.331	40.181
Partes relacionadas	9	617.432	409.948	617.432	409.948
Outras contas a receber		70.795	39.192	74.245	41.201
		1.239.214	852.830	1.264.100	871.403
Investimentos	10	2.682.922	2.771.991	29.102	26.707
Imobilizado	11	25.567	23.424	30.396	28.534
Direito de uso	12	69.794	63.027	71.899	65.963
Intangível	13	291.039	243.390	2.832.572	2.894.755
		3.069.322	3.101.832	2.963.969	3.015.959
Total do ativo não circulante		4.308.536	3.954.662	4.228.069	3.887.362
Total do ativo		6.004.909	6.099.022	6.034.810	6.119.276

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

		Controladora		Consolidado	
		30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
	Nota				
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		233.843	192.688	215.464	166.354
Empréstimos e financiamentos	14	689.254	505.482	689.254	505.482
Obrigações sociais e trabalhistas	16	127.588	99.551	165.998	129.016
Impostos e contribuições a recolher		8.385	11.140	10.841	15.359
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.208	-	2.147	7.107
Adiantamento de clientes		10.617	21.061	10.976	23.749
Passivo de arrendamento	12	34.542	37.527	35.266	39.051
Contas a pagar de aquisição societária	15	362	545.870	362	545.870
Partes relacionadas	9	5.920	5.003	5.920	3.580
Outras contas a pagar		40.659	39.347	40.738	39.383
Total do passivo circulante		1.152.378	1.457.669	1.176.966	1.474.951
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	2.349.013	2.139.581	2.349.013	2.139.581
Obrigações sociais e trabalhistas	16	17.262	8.342	18.981	9.122
Passivo de arrendamento	12	42.323	34.011	44.052	35.948
Provisão para contingências	24	13.215	5.535	14.846	5.873
Contas a pagar de aquisição societária	15	-	329	-	329
Outras contas a pagar		11.768	5.785	12.002	5.702
Total do passivo não circulante		2.433.581	2.193.583	2.438.894	2.196.555
Patrimônio líquido					
Capital social	17	2.636.767	2.478.301	2.636.767	2.478.301
Reservas de capital		137.437	125.662	137.437	125.662
Prejuízos acumulados		(355.254)	(156.193)	(355.254)	(156.193)
Total do patrimônio líquido		2.418.950	2.447.770	2.418.950	2.447.770
Total do passivo e patrimônio líquido		6.004.909	6.099.022	6.034.810	6.119.276

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Demonstração dos resultados

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Receita líquida	18	1.129.482	1.813.970	1.218.061	1.987.053
Custo das vendas	19	(371.414)	(552.558)	(376.245)	(567.211)
Lucro bruto		758.068	1.261.412	841.816	1.419.842
Despesas operacionais					
Despesas de vendas	19	(489.054)	(559.201)	(634.223)	(749.288)
Despesas gerais e administrativas	19	(327.251)	(373.523)	(353.188)	(411.953)
Equivalência patrimonial	10	(86.323)	(75.765)	248	(112)
Outras receitas (despesas), líquidas	19	(25.188)	7.053	(30.136)	7.472
(Prejuízo) lucro operacional		(169.748)	259.976	(175.483)	265.961
Receitas financeiras		213.422	131.389	215.551	136.431
Despesas financeiras		(369.153)	(434.501)	(370.385)	(435.967)
Resultado financeiro	20	(155.731)	(303.112)	(154.834)	(299.536)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(325.479)	(43.136)	(330.317)	(33.575)
Imposto de renda e contribuição social	21				
Corrente		(57)	(5.189)	(484)	(17.255)
Diferido		126.475	35.586	131.740	38.091
		126.418	30.397	131.256	20.836
Prejuízo líquido do período/exercício		(199.061)	(12.739)	(199.061)	(12.739)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Prejuízo líquido do exercício	(199.061)	(12.739)	(199.061)	(12.739)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(199.061)	(12.739)	(199.061)	(12.739)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.478.301	112.722	(143.454)	2.447.569
Prejuízo do exercício	-	-	(12.739)	(12.739)
Plano de remuneração baseado em ações	-	43.780	-	43.780
Ações entregues	-	(33.641)	-	(33.641)
Efeito reflexo de investidas	-	2.801	-	2.801
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.478.301	125.662	(156.193)	2.447.770
Prejuízo do período	-	-	(199.061)	(199.061)
Reestruturação societária (nota 1.1)	158.466	-	-	158.466
Plano de remuneração baseado em ações	-	30.243	-	30.243
Ações entregues	-	(20.479)	-	(20.479)
Efeito reflexo de investidas	-	2.011	-	2.011
Saldo em 30 de setembro de 2025	2.636.767	137.437	(355.254)	2.418.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
	Nota				
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(325.479)	(43.136)	(330.317)	(33.575)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	19	138.890	201.195	220.496	315.466
Perda estimada nos estoques	19	29.052	18.892	30.244	18.973
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	19	33.501	39.251	35.485	46.498
Valor residual de ativo imobilizado e ativo intangível baixados	19	751	560	3.291	719
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	20	-	(1.133)	-	(1.133)
Mudança de valor justo em aquisição de investimentos	20	(74.780)	34.979	(74.780)	34.979
Juros na aquisição de investimentos	20	14.849	82.151	14.849	82.151
Rendimento de aplicação financeira não equivalente de caixa		445	(40.068)	(4.658)	(43.033)
Equivalência patrimonial	10	86.323	75.765	(248)	112
Provisão para contingências		2.089	5.156	3.381	5.456
Plano de remuneração de acionistas		30.243	43.780	32.254	46.581
Juros sobre empréstimos e financiamentos	20	317.138	289.366	317.138	289.366
Juros sobre arrendamento	20	5.213	5.388	5.594	5.643
Juros provisionados		(49.859)	(31.587)	(49.632)	(31.897)
Obrigações previdenciárias – stock options		15.510	15.598	16.523	16.724
Ajuste a valor justo de investimentos	10	(2.147)	(152)	(2.147)	(152)
Variação cambial		-	2.013	-	2.025
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)	10	32.062	-	32.062	-
		253.801	698.018	249.535	754.903
Variação nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		424.061	(92.194)	459.491	(101.296)
Estoques		(76.774)	37.288	(78.337)	36.658
Impostos a recuperar		1.432	468	(11.321)	7.433
Outras contas a receber		5.549	13.085	3.107	(24.315)
Fornecedores		13.456	8.360	21.411	17.848
Obrigações sociais e trabalhistas		17.733	4.989	26.604	11.548
Impostos e contribuições a recolher		(2.986)	1.043	(4.749)	2.513
Adiantamento de clientes		(10.452)	4.129	(12.781)	2.732
Outras contas a pagar		(303)	11.220	1.497	9.664
Caixa gerado pelas atividades operações		625.517	686.406	654.457	717.688
Imposto de renda e contribuição pagos		(23.652)	-	(23.077)	(23.101)
Juros pagos de arrendamento	12	(6.780)	(6.506)	(7.045)	(6.674)
Juros pagos de empréstimos	14	(310.308)	(281.678)	(310.308)	(281.678)
Juros pagos de contas a pagar de aquisição societária	15	(114.730)	(130.606)	(114.730)	(130.606)
Pagamento de contraprestação contingente		(337.726)	(45.719)	(337.726)	(45.719)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(167.679)	221.897	(138.429)	229.910

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
	Nota				
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	11	(5.400)	(14.087)	(7.301)	(16.700)
Aquisição de intangível	13	(126.234)	(126.291)	(129.223)	(129.726)
Aplicações financeiras		10.631	(18.880)	20.624	11.771
Aumento de capital em investidas		(52.000)	(3.200)	-	-
Dividendos recebidos de investidos		67.263	94.106	-	-
Transações com partes relacionadas		(140.091)	(99.243)	(140.091)	(94.844)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(245.831)	(167.595)	(255.991)	(229.499)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos, líquido dos custos de transação		786.374	792.655	786.374	792.655
Contas a pagar de aquisição societária	15	(33.450)	(265.271)	(33.450)	(265.271)
Pagamento de arrendamento	12	(34.696)	(35.148)	(36.230)	(36.548)
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(400.000)	(19.663)	(400.000)	(19.663)
Plano de remuneração de acionistas		(20.479)	-	(20.479)	-
Transações com partes relacionadas		-	(33.641)	-	(33.641)
Pagamentos de instrumentos financeiros		-	(6.874)	-	(6.874)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		297.749	432.058	296.215	430.658
Caixa adquirido da reestruturação societária		971	479	971	-
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		-	-	-	(562)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(114.790)	486.839	(97.234)	430.507
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		749.416	262.577	761.190	330.683
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		634.626	749.416	663.956	761.190
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(114.790)	486.839	(97.234)	430.507

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Demonstração do valor adicionado

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Receitas (1)	1.111.487	1.791.916	1.198.731	1.960.584
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.130.307	1.815.529	1.218.848	1.989.351
Outras receitas	14.681	15.622	15.369	17.715
Provisão para devedores duvidosos	(33.501)	(39.235)	(35.486)	(46.482)
Insumos adquiridos de terceiros (2)	(617.846)	(624.662)	(567.514)	(693.252)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(234.388)	(348.957)	(174.555)	(293.958)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(383.458)	(275.705)	(392.959)	(399.294)
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	493.641	1.167.254	631.217	1.267.332
Depreciação e amortização (4)	(118.203)	(283.387)	(201.180)	(293.993)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)	375.438	883.867	430.037	973.339
Valor adicionado recebido em transferência (6)	127.127	55.713	215.827	136.718
Resultado da equivalência patrimonial	(86.323)	(75.765)	248	(112)
Receitas financeiras	213.450	131.478	215.579	136.830
Valor adicionado total a distribuir (5+6)	502.565	939.580	645.864	1.110.057
Distribuição do valor adicionado	502.565	939.580	645.864	1.110.057
Pessoal	377.375	446.727	508.087	590.135
Remuneração direta	302.462	359.912	406.134	476.987
Benefícios	48.061	48.717	65.090	65.557
FGTS	26.852	38.098	36.863	47.591
Impostos, taxas e contribuições	(35.841)	79.059	(24.318)	104.678
Federais	(41.228)	72.148	(32.673)	93.726
Estaduais	4.169	5.540	4.405	6.250
Municipais	1.218	1.371	3.950	4.702
Remuneração de capitais de terceiros	360.092	426.533	361.156	427.983
Juros	337.200	376.905	337.581	377.160
Aluguéis	-	-	-	-
Outros	22.892	49.628	23.575	50.823
Remuneração de capitais próprios	(199.061)	(12.739)	(199.061)	(12.739)
Prejuízo do período	(199.061)	(12.739)	(199.061)	(12.739)
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A. (“CBE” ou “Companhia”) está domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Avenida Engenheiro Santana Júnior, 3333, Fortaleza, estado do Ceará.

A Companhia é diretamente controlada pela Arco Educação S.A. (“Arco Brasil”), uma sociedade por ações constituída sob as leis brasileiras em 4 de abril de 2014 tendo como objeto social a participação no capital social de outras sociedades. OSC Investments Limited é a controladora final da Companhia.

A Companhia fornece material didático do ensino fundamental ao ensino médio, desde edição, publicação e venda para escolas privadas. Desde 2015, a Companhia tem investido em tecnologia e sua metodologia contempla uma plataforma de educação que complementa todo o conteúdo curricular K-12 (educação primária e secundária) fornecido no material didático.

A Companhia oferece uma metodologia pedagógica completa usando recursos tecnológicos para fornecer material didático que objetivam melhorar o processo de aprendizado.

A Companhia comercializa materiais didáticos cujos contratos seguem o calendário letivo brasileiro. O reconhecimento de receita ocorre mediante a entrega dos materiais, correspondendo ao ciclo denominado 'Ano Coleção', que vigora de outubro a setembro do ano subsequente. Este ciclo encontra-se agora alinhado ao novo exercício social da Companhia, cujo encerramento foi alterado para setembro.

Embora a contratação dos produtos pelas escolas ocorra, majoritariamente, até o final do ano civil, o reconhecimento contábil da receita é distribuído conforme as janelas de entrega. A Companhia apresenta forte sazonalidade, concentrando a maior parte da receita e do lucro bruto entre outubro e março — período que compreende o último trimestre do ano civil e o primeiro trimestre do ano seguinte — visando o início do ano letivo em fevereiro. As entregas remanescentes ocorrem entre abril e setembro. Ressalta-se que oscilações mensais ou trimestrais refletem o planejamento tático-operacional de entregas e não devem ser interpretadas, isoladamente, como indicadores de tendência de crescimento em comparação ao mesmo período do ano anterior. Portanto, para fins de mensuração de crescimento e comparabilidade de margens com períodos anteriores, recomenda-se a análise do ciclo completo de 12 meses, compreendido entre outubro e setembro.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pela diretoria em 15 de dezembro de 2025.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.1 Eventos significantes durante o exercício

Para o período findo em 30 de setembro de 2025

(a) Mudança de exercício social

Em 30 de Janeiro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia deliberou pela alteração da data de encerramento do exercício social, que passou de 31 de dezembro para 30 de setembro. Assim, o exercício social de 2025 compreende o período de 1º de janeiro de 2025 a 30 de setembro de 2025, totalizando nove meses e não é diretamente comparável com o período anterior, que contempla 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, totalizando doze meses.

Motivação da mudança

A alteração tem por objetivo alinhar o encerramento do exercício social ao ciclo operacional e orçamentário do grupo econômico e refletir melhor a sazonalidade das operações da Companhia, que historicamente tem uma concentração de receita entre outubro e dezembro. Tal modificação visa aprimorar o processo de reporte e de análise do desempenho econômico-financeiro da Companhia.

Impacto na comparabilidade das demonstrações financeiras

Nos termos do art. 176, §1º, da Lei nº 6.404/1976, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em base comparativa com o exercício imediatamente anterior. No entanto, em razão da alteração do exercício social, o período encerrado em 30 de setembro de 2025 possui duração distinta do exercício anterior, que abrangia 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024.

Em observância ao item 36 do CPC 26 (R1), a Companhia informa que, devido à diferença na duração dos exercícios, os valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas não são totalmente comparáveis com os do período anterior. Essa diferença temporal pode afetar a análise das variações de receita, custos, despesas e resultado do exercício, motivo pelo qual a administração recomenda que as comparações sejam interpretadas com cautela.

Em consonância com o disposto na Resolução CVM nº 11/2021, a Companhia evidencia nesta nota explicativa todas as informações relevantes relativas à alteração do exercício social, de forma a garantir transparência, compreensibilidade e consistência das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A alteração do exercício social foi devidamente formalizada em ata e comunicada aos órgãos competentes, conforme exigido pela Resolução CVM nº 80/2022, que trata das informações obrigatórias do emissor no Formulário de Referência.

Declaração da administração

A administração declara que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), refletindo de maneira adequada a alteração do exercício social e as informações necessárias para a compreensão dos efeitos decorrentes dessa modificação.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Emissão de debêntures

- Em 14 de julho de 2025, a Companhia assinou um contrato de debêntures para a emissão de 600.000 debêntures não conversíveis, cuja emissão foi realizada em 15 de julho de 2025, com valor nominal de R\$ 1 cada, no valor total de R\$600 milhões, sendo efetivamente creditado para a Companhia em 29 de julho de 2025.
- Em 15 de agosto de 2025, a Companhia celebrou contrato de debênture securitizada para a emissão de 200.000 debêntures não conversíveis, cada uma com valor nominal de R\$ 1, com um valor total de R\$ 200 milhões, que foi creditado para a Companhia em duas parcelas, em 25 e 26 de agosto de 2025.

Os valores foram para distribuição pública no Brasil com esforços restritos a investidores institucionais, de acordo com a Resolução 160 da Comissão de Valores Mobiliários do Brasil (CVM) (a “Oferta”).

(c) Pagamento da parcela remanescente da International School

Em 25 de abril de 2025, a Companhia concluiu o pagamento remanescente referente a aquisição da International School no valor de R\$448,8 milhões, encerrando a obrigação incluída na rubrica de contas a pagar de aquisição societária.

(d) Reestruturação societária

Em 1º de setembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, a controladora Arco Educação S.A. realizou um aumento de capital na Companhia através da subscrição das ações do SAE Digital S.A. no valor de R\$158.466, que, por sua vez, foi incorporada pela Companhia nesta data. A incorporação foi parte da estratégia de reestruturação do Grupo.

Os ativos e passivos incorporados do SAE Digital S.A. foram registrados pelos seus valores contábeis. Não houve efeitos tributários decorrentes da incorporação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(e) Emissão de debêntures

Em 14 de maio de 2024, a Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A. (“CBE” ou “Emissora”), assinou um contrato de debêntures para a emissão de 800.000 debêntures não conversíveis em ações, cada uma com valor nominal de R\$ 1 (as “Debêntures”), totalizando R\$800 milhões. A emissão ocorreu em 07 de junho de 2024, a para distribuição pública no Brasil com esforços restritos a investidores institucionais de acordo com a Resolução 160 da CVM – Comissão de Valores Mobiliários (a “Oferta”).

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Pagamento da parcela remanescente da Positivo

Em 1º de novembro de 2024, a Companhia efetuou o pagamento da última parcela, referente aos 75% das ações remanescentes da Positivo, no valor de R\$392 milhões, conforme descrito na Nota 15.b).

(g) Reestruturação societária

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia incorporou a Me Salva! Cursos e Consultoria S.A. A incorporação foi parte da estratégia de reestruturação do Grupo.

A empresa incorporada estava sob controle comum da Companhia e os ativos e passivos incorporados da respectiva empresa foram registrados pelos seus valores contábeis. Não houve efeitos tributários decorrentes da incorporação.

2 Políticas contábeis materiais

2.1 Base para preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) provisão para redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”).

2.2 Base de consolidação e investimentos em associadas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2025. As demonstrações financeiras consolidadas incluem suas controladas diretas.

A tabela abaixo é uma lista das controladas e investidas da Companhia:

Entidades	Atividade Principal	País	Classificação	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração, Franqueadora S.A.	Serviços Educacionais	Brasil	Controlada	100,0%	100,0%
Atech Soluções Tecnológicas S.A.	Tecnologia Educacional	Brasil	Controlada	100,0%	100,0%
Bewater Ventures I GA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	Fundo de investimento	Brasil	Investida	11,3%	11,3%
Tera Treinamentos Profissionais Ltda.	Serviços Educacionais	Brasil	Investida	20,3%	20,3%

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido. Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

2.3 Principais políticas contábeis materiais

Esta nota fornece uma descrição das políticas contábeis materiais adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, além de outras políticas que foram divulgadas em outras notas dessas demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas consistentemente a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

a) Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesas administrativas, quando incorridos.

A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui uma entrada e um processo substantivo que juntos contribuem significativamente para a capacidade de criar saídas.

O processo de aquisição é considerado substantivo se for crítico para a capacidade de continuar produzindo resultados, e os insumos adquiridos incluem uma força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para realizar esse processo ou contribui significativamente para a capacidade de continuar produzindo resultados e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituído sem custo, esforço ou atraso significativo na capacidade de continuar produzindo produtos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. A contraprestação contingente classificada como um ativo ou passivo que é um instrumento financeiro e no escopo do CPC 48 Instrumentos Financeiros é mensurada pelo valor justo com as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado de acordo com o CPC 48. Outros a contraprestação contingente que não está dentro do escopo da CPC 48 é mensurada pelo valor justo em cada data de relatório com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado pelo custo (sendo o excedente da contraprestação transferida, em relação ao valor reconhecido de participação de não controladores e qualquer participação anterior detida sobre os ativos líquidos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos). Se o valor justo dos ativos líquidos adquiridos for superior à contraprestação agregada transferida, a Companhia reavalia se identificou corretamente todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos e revisa os procedimentos utilizados para mensurar os valores a serem reconhecidos na data de aquisição. Se a reavaliação ainda resultar em um excedente do valor justo dos ativos líquidos adquiridos sobre a contraprestação agregada transferida, então o ganho é reconhecido no resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

A legislação tributária vigente permite a dedutibilidade do ágio da data de aquisição e do justo valor dos ativos líquidos adquiridos quando uma ação não substantiva é tomada após a aquisição pela Companhia (ou seja, quando acontece a fusão, incorporação ou cisão dos negócios adquiridos) e, portanto, a base tributária e contábil dos ativos líquidos adquiridos são os mesmos da data de aquisição. Até que tal ação ocorra, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data da aquisição e não são reconhecidos efeitos fiscais diferidos.

b) Investimento em coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

As considerações efetuadas na determinação de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às controladas. Os investimentos da Companhia em sua coligada e na *joint venture* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente pelo custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada são eliminados em proporção à participação na coligada.

A soma da participação da Companhia nos resultados de uma coligada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos. A Companhia não registra a participação de não controladores. A abordagem adotada pela Companhia é de reconhecer o passivo pela opção de venda sobre as ações detidas pela participação não controladora, conforme IAS 32/CPC 39 - Instrumentos financeiros.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial", na demonstração do resultado.

c) Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação entre circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

d) Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Nível 1 — preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 — técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e;
- Nível 3 — técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individual e consolidadas a valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Em cada data de divulgação, a Companhia analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia. Para fins dessa análise, a Companhia confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

A Companhia também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. Ver nota 22 para mais informações.

e) Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de outra entidade.

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

Ativos financeiros com problema de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido às controladas da Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia e suas controladas não identificaram ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que as controladas da Companhia já reconhecem como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias: ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Não há ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

a) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e algumas aplicações financeiras.

b) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos financeiros derivativos.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Divulgações para premissas significativas - nota 3.
- Contas a receber de clientes - nota 6.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia considera como perda de um ativo financeiro quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 360 dias. A administração considera esse prazo de vencimento adequado considerando o modelo de negócios da Companhia e o histórico de pagamento do cliente, uma vez que os contratos são firmados anualmente e neste período a Companhia pode negociar o pagamento do título reduzindo o risco de crédito. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar um ativo financeiro como inadimplente quando informações internas ou externas indicam que é improvável que a Companhia receba integralmente os valores pendentes de contratos. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos passivos e contas a pagar de aquisição societária.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos).

a) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

b) Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* cambiais de empréstimos em moeda estrangeira. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas decorrentes de alterações no valor justo dos derivativos são registrados diretamente como resultado financeiro.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial compreendem o caixa em bancos e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e com vencimento original de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um valor insignificante risco de alteração de valor.

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa consistem em caixa e aplicações financeiras de curto prazo, por serem considerados parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

h) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos dos estoques baseiam-se no método de custo médio e incluem custos incorridos na compra de estoques, custos de produção editorial e outros custos incorridos em trazê-los para a sua localização e condição atuais. Os custos do estoque adquirido são determinados após deduzir quaisquer descontos e impostos recuperáveis.

As obras didáticas em andamento são consideradas como estoques em andamento e compreende os custos incorridos para criar material didático inacabado. Esse valor é medido com base na alocação de horas incorridas pelos colaboradores da produção editorial na elaboração de material didático.

A provisão para perda de material didático é calculada com base em seu valor esperado líquido realizável. A provisão para obsolescência dos estoques é registrada no custo das vendas. Ao determinar a provisão para perda de material didático, a Companhia considera a avaliação atual do mercado, as tendências do setor e a demanda projetada do produto, em comparação com o número de unidades atualmente em estoque.

i) Imobilizado

Imobilizados são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.

As despesas subsequentes só serão capitalizadas se for provável que os benefícios econômicos futuros associados às despesas fluam para a Companhia.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%
Móveis e utensílios	10%
Computadores e periféricos	20%
Instalações	10%
Benfeitorias	10% a 27%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

j) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período estabelecido em contrato, conforme abaixo:

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imóveis	1 a 4 anos
Equipamentos	1 a 4 anos

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

k) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A Companhia capitaliza os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento das plataformas educacionais usadas para entregar conteúdo. Estes custos são substancialmente compostos de serviços relacionados com a tecnologia e despesas de folha de pagamento, esses gastos são registrados como software desenvolvido internamente na rubrica de intangível como plataformas de educação. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas somente se as despesas podem ser mensuradas de forma confiável, o produto ou processo é tecnicamente e comercialmente viável, futuros benefícios econômicos são prováveis e a Companhia pretende e tem recursos suficientes para completar desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Caso contrário, ele é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Os custos associados à manutenção do software desenvolvido internamente são reconhecidos como uma despesa, à medida que incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

l) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros estão disponíveis nas notas explicativas abaixo:

- Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - nota 3
- Investimentos - nota 10
- Imobilizado - nota 11
- Intangível - nota 12

A Companhia revisa anualmente, se há uma indicação de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos. Se alguma indicação existir, ou quando for necessário um teste de perda por redução ao valor recuperável para um ativo, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. A quantia recuperável de um ativo é o mais alto entre o valor justo de um ativo menos custos de descarte e seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam em grande parte independentes daquelas de outros ativos ou grupos de ativos. Tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados para seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos para o ativo. Na determinação do valor justo menos custos de descarte, as transações de mercado recentes são levadas em conta. Se essas transações não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados para empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis.

A Companhia baseia seu cálculo de perda por redução ao valor recuperável em orçamentos detalhados, que são preparados separadamente para cada uma das unidades geradoras de caixa aos quais os ativos individuais são alocados. Esses orçamentos geralmente abrangem um período de cinco anos. Uma taxa de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros do projeto após o quinto ano.

As perdas por redução ao valor recuperável das operações em continuidade são reconhecidas na demonstração de resultados em categorias de despesa consistentes com a função do ativo baixado.

Para os ativos, com exceção do ágio, é efetuada uma avaliação ao final de cada exercício para determinar se existe uma indicação de que as perdas ao valor recuperável de ativos anteriormente reconhecidas já não existem ou diminuíram. Se tal indicação existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida somente se houve uma alteração nos pressupostos usados para determinar o valor recuperável do ativo desde que a última perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que a quantia escriturada do ativo não exceda seu valor recuperável, nem exceda a quantia escriturada que teria sido determinada, líquida de depreciação para o ativo em exercícios anteriores. Tal reversão é reconhecida na demonstração de resultados.

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente em 30 de setembro e revisado quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Segmento é o nível mais baixo dentro da empresa em que o ágio é monitorado para fins de gestão interna e, portanto, testes de perda por redução ao valor recuperável de ágio foram realizados em cada nível de segmento. O prejuízo é determinado para o ágio avaliando o valor recuperável de cada segmento ao qual o ágio se relaciona. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida. As perdas por redução ao valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros.

m) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

n) Distribuição de lucros

A Companhia reconhece a responsabilidade de pagar um dividendo quando a distribuição é autorizada e a distribuição já não está a critério da Companhia. A distribuição é autorizada quando é exigido pagar um dividendo mínimo do lucro para o exercício em conformidade com a legislação societária brasileira e o estatuto da Companhia ou quando aprovado pelos acionistas. Um valor correspondente é reconhecido diretamente no patrimônio líquido.

o) Obrigações sociais e trabalhistas

Obrigações sociais e trabalhistas são despesas quando o referido serviço é fornecido. Uma responsabilidade é reconhecida pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tiver uma obrigação legal de pagar esse valor como resultado do serviço passado fornecido pelo empregado e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

p) Plano de remuneração baseado em ações

Certos executivos-chaves da Companhia recebem remuneração na forma de pagamentos baseados em ações, nos quais prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

Transações liquidadas com instrumentos patrimoniais

O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado. Este custo é reconhecido em despesas administrativas em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido, em conta própria para essa reserva, ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou *vesting period*). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (*vesting date*) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. Condições de não aquisição de direito são refletidas no valor justo da outorga e levam ao lançamento imediato da outorga como despesa, a não ser que também existam condições de serviço e/ou desempenho.

Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu período de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços. Quando as outorgas incluem uma condição de mercado ou uma condição de não aquisição de direito, as transações são tratadas considerando o direito como adquirido independentemente de a condição de mercado ou a condição de não aquisição de direito ser satisfeitas, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviços sejam satisfeitas.

Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado.

q) Reconhecimento da receita

A Companhia vende conteúdo educacional para escolas particulares, que são entregues através de formatos impressos e digitais para escolas particulares. A receita de contratos com clientes é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito pela troca dos bens e serviços, ou seja, no momento, ele entrega o conteúdo para escolas particulares em formato impresso e digital quando a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho, e a receita desses contratos é reconhecida em um determinado momento. A receita é impulsionada pelo número de alunos matriculados em cada escola e é baseada em um valor negociado em cada contrato por meio das condições contidas nos termos de venda. A tecnologia é fornecida exclusivamente para apoiar o melhor uso de seu conteúdo. O conteúdo do material impresso e o digital são os mesmos.

O conteúdo digital, incluindo seus recursos, é fornecido com o objetivo de suportar o conteúdo impresso e inclui videoaulas, trabalhos de casa on-line e avaliações que não são personalizadas e não têm valor independente se usadas separadamente ou fora do contexto principal. O conteúdo digital e os recursos relacionados são uma evolução de uma metodologia totalmente impressa para uma abordagem mais ampla, e continuarão a evoluir e mudar nos próximos exercícios, mas ainda estão profundamente relacionados com o conteúdo impresso.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia gera substancialmente todas as suas receitas a partir de contratos que têm um prazo médio de três anos, em conformidade com a qual a fornece material didático em formato impresso e digital para escolas privadas. A receita é impulsionada pelo número de alunos matriculados em cada cliente, utilizando as soluções e o preço acordado por aluno por ano, todos de acordo com os termos e condições estabelecidos em cada contrato. Cada contrato contempla multas que variam entre 100% e 20% do valor total remanescente do contrato, em caso de rescisão. No entanto, o material já entregue às escolas privadas não é devolvido, a menos que as condições de retorno no parágrafo seguinte sejam atendidas.

De acordo com os termos dos contratos com as escolas, eles são obrigados, até o final de novembro de cada ano, a fornecer à Companhia uma estimativa do número de alunos matriculados que terão acesso ao conteúdo no próximo ano letivo (que tipicamente começa em fevereiro do ano seguinte), permitindo que a Companhia inicie a entrega do seu material didático. Uma vez que os contratos com as escolas permitem o retorno do produto ou aumento do número de alunos matriculados até um certo limite, a Companhia reconhece a receita para o montante que se espera que seja recebida com base na experiência passada, supondo que as outras condições para o reconhecimento de receitas são atendidas. Um ativo de direito de devolução (e ajuste correspondente ao custo de vendas) também é reconhecido pelo direito de recuperação dos bens junto ao cliente.

O ativo é mensurado pelo valor contábil anterior do estoque, deduzido de quaisquer custos esperados para recuperar os bens e de qualquer potencial redução no valor. A Companhia atualiza a mensuração do ativo para quaisquer revisões no nível esperado de retorno e quaisquer reduções adicionais no valor dos produtos devolvidos.

A receita de assinatura é impulsionada pelo número de alunos matriculados em cada cliente e é baseada em um valor negociado com cada assinante através das condições contidas nos termos de uso.

Receita financeira

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Custo para obter um contrato

A Companhia incorre em custos para obter cada contrato de venda e reconhece como um ativo os custos incrementais de obtenção de um contrato com um cliente se a entidade espera recuperar esses custos. Os custos incrementais de obtenção de um contrato são aqueles custos em que uma entidade incorre para obter um contrato com um cliente em que não teria incorrido se o contrato não tivesse sido obtido.

r) Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia e suas controladas avaliam a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 30 de setembro de 2025, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia e suas controladas efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Os impostos diferidos passivos são contabilizados para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo é originado do reconhecimento inicial de ágio ou de ativos e passivos de uma transação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).
- Em relação às diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e investimentos em *joint venture*, quando o tempo de reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não reverterão no futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, os créditos fiscais não utilizados e quaisquer perdas fiscais não utilizadas. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias ou prejuízos fiscais e bases negativas possam ser usadas. Exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível surge do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, no momento da transação, não afeta nem o lucro contábil, nem lucro ou prejuízo tributável;

- Relacionado às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e investimentos em joint venture, os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que é provável que as diferenças temporárias revertam no futuro previsível e o lucro tributável estará disponível para as diferenças temporárias poderem ser utilizadas.

A quantia escriturada de ativos fiscais diferidos é revista ao final de cada exercício e reduzida na medida em que não é mais provável que o lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo possa ser utilizado. Os ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados ao final de cada exercício e são reconhecidos na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros permitirão que o imposto diferido ativo seja recuperado.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são medidos nas taxas de imposto que se espera que se apliquem no exercício em que o ativo é realizado ou a responsabilidade é liquidada, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido promulgadas ou comprovadas substantivamente na data do relatório.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são utilizados quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

2.4 Moeda funcional e de apresentação e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um hedge de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

2.5 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis para o período de relatório atual. A Companhia não teve que alterar suas políticas contábeis ou fazer ajustes retrospectivos como resultado da adoção dessas normas novas ou alteradas.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Normas emitidas, que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não em vigor, até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 02	Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio – Falta de Conversibilidade
Alterações às IFRS 09 e IFRS 07	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1)	Divulgação de Informações Contábeis Relacionadas à Sustentabilidade
Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2)	Divulgação de Informações Climáticas

Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo no futuro. Exceto pelas normas mencionadas a seguir:

IFRS 18

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis), transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduziu novas exigências para:

- Apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- Apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações contábeis;
- Melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC ") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma ") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual ") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS ") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a primeira aprovação, pelo Congresso Nacional, e agora seguiu para análise do Senado Federal. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão.

Atualmente, a Companhia Brasileira de Educação, por atuar na comercialização de material didático, usufrui da imunidade constitucional de livros, que assegura a não incidência de ICMS e a aplicação de alíquota zero para PIS e COFINS. Com a implementação da Reforma, esses tributos serão gradualmente substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios. É importante destacar que a Emenda Constitucional nº 132/2023 preservou expressamente a imunidade dos livros no novo modelo tributário. Dessa forma, a CBE permanecerá imune à incidência de CBS e IBS, em função da prerrogativa constitucional, não havendo expectativa de alteração relevante na carga tributária direta sobre a sua principal atividade operacional.

Não obstante, a Reforma traz outras mudanças que poderão impactar a Companhia. Entre elas, destaca-se a alteração no regime de créditos tributários. Atualmente, a utilização de créditos pela CBE é restrita; contudo, com a adoção do modelo de não cumulatividade plena, será permitido maior aproveitamento de créditos sobre insumos e serviços contratados. Essa alteração poderá resultar em maior eficiência na compensação e ressarcimento de tributos, trazendo benefícios potenciais à estrutura de custos da Companhia.

A Administração da Companhia mantém acompanhamento contínuo das discussões legislativas e regulatórias relacionadas à Reforma Tributária, bem como participa de fóruns setoriais especializados, de forma a avaliar os potenciais impactos e se preparar para os ajustes necessários em seu planejamento financeiro, tributário, operacional e de compliance, porém os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações. A incerteza sobre essas premissas e estimativas podem ocasionar resultados que exijam um ajuste significativo no valor contábil dos ativos ou passivos afetados em períodos futuros. Estimativas e julgamentos contábeis são continuamente reavaliados e são baseados em experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Outras divulgações relativas à exposição a riscos e incertezas incluem:

- Gestão de capital - nota 23;
- Gestão de risco e de políticas instrumentos financeiros - nota 23;
- Análise de sensibilidade - nota 23.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. A Companhia baseou suas estimativas e premissas sobre os parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas. As circunstâncias e pressupostos existentes sobre os desenvolvimentos futuros, no entanto, podem mudar devido a mudanças de mercado ou circunstâncias que surgem e que estão além do controle da Companhia. Tais alterações são refletidas nos pressupostos quando ocorrem. As principais estimativas são:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota 13.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Perda estimada de estoque

A Companhia reconhece uma provisão para alienação de estoque considerando materiais de coleções anteriores não comercializados e um modelo prospectivo para estimar a previsão de obsolescência de produtos de coleções atuais. O modelo aplicado considera os dados históricos de não realização dos produtos para obter os percentuais de perda esperados. Quaisquer mudanças significativas entre as perdas observadas em comparação com o padrão de perda histórico impactam os percentuais de perda esperados estimados pela Companhia. Vide nota 7 para mais informações.

Perdas de crédito estimadas para contas a receber e ativos de contrato

A Companhia utiliza uma matriz de estimativas para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes.

A matriz de estimativas baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de ativos de contrato da Companhia estão divulgadas na nota 6.

Pagamento baseado em ações

A estimativa do valor justo para transações de pagamento com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado, que depende dos termos e condições da concessão. Essa estimativa também requer a determinação dos dados mais apropriados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção de ação ou direito de valorização, volatilidade e rendimento de dividendos e fazendo suposições sobre eles. Para a mensuração do valor justo das transações liquidadas com ações, a Companhia utiliza o modelo Black & Scholes. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo das transações com pagamento baseado em ações estão divulgados na nota 16.

Impostos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para diferenças temporárias e todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os insumos considerados nestes modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que estes insumos não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a estes fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A nota 22 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido.

A contraprestação contingente, resultante de aquisição de investimentos, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. Quando a contraprestação contingente atende à definição de passivo financeiro, é subsequentemente reavaliada ao valor justo a cada data de reporte. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. Ver notas 4 e 23 para mais detalhes.

Qualquer contraprestação contingente é classificada como instrumentos financeiros a partir da aquisição de participação, vide nota 15.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Caixa e depósitos bancários	7.918	14.217	8.066	14.608
Aplicações financeiras (a)	626.708	735.199	655.890	746.582
	634.626	749.416	663.956	761.190

(a) Caixa e equivalentes de caixa correspondem a certificados de depósito bancário ("CDB") de instituições financeiras de primeira linha. Em 30 de setembro de 2025, as aplicações financeiras eram representadas por títulos de renda fixa remunerados à taxa média de 99,6% (2024: 101,4%) do CDI na Controladora, e 99,5% (2024: 101,0%) no Consolidado. Essas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Aplicações financeiras (a)	147.916	117.618	147.916	122.501
Outras	17	17	309	309
	147.933	117.635	148.225	122.810
Circulante	105.894	77.746	105.894	82.629
Não circulante	42.039	39.889	42.331	40.181

- (a) As aplicações financeiras correspondem a investimentos indexados ao CDI e a SELIC, geridos por instituições financeiras de primeira linha. Em 30 de setembro de 2025, o rendimento médio dessas aplicações equivale a 102,1% do CDI (2024: 104,4%) e a 161,5% da SELIC (2024: 161,5%) na Controladora, e a 102,1% do CDI (2024: 104,5%) e a 161,5% da SELIC (2024: 161,5%) no Consolidado.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Contas a receber de clientes pela venda de material didático	681.168	975.461	749.754	1.079.439
Contas a receber de partes relacionadas (nota 9)	2.689	45.615	263	45.587
	683.857	1.021.076	750.017	1.125.026
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(153.624)	(103.462)	(170.437)	(120.651)
	530.233	917.614	579.580	1.004.375

A Companhia apresenta sazonalidade relevante em contas a receber, impulsionada pela concentração do reconhecimento de receita no trimestre terminando em dezembro.

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o vencimento das contas a receber é conforme segue:

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
A vencer	451.824	883.514	494.758	964.572
Vencidos	232.033	137.562	255.259	160.454
1 a 60 dias	46.652	31.599	50.492	34.335
61 a 90 dias	15.322	11.852	16.309	12.679
91 a 120 dias	14.175	9.332	14.858	10.104
121 a 180 dias	17.870	10.974	18.769	12.251
Mais de 180 dias	138.014	73.805	154.831	91.085
	683.857	1.021.076	750.017	1.125.026

A Companhia revisa a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa pelo menos anualmente após uma análise detalhada dos saldos de contas a receber e perfis históricos de pagamento, e avaliação dos fatores de risco prospectivos. A Administração acredita que todos os saldos remanescentes a receber são totalmente recuperáveis.

A movimentação da perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, no período findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Saldos no início do período/exercício	(103.462)	(76.611)	(120.651)	(88.296)
(Adições) / Reversões	(33.501)	(39.251)	(35.485)	(46.498)
Reestruturação societária (nota 1.1)	(17.659)	-	(17.658)	-
Baixas	998	12.400	3.359	14.143
Saldos no final do período/exercício	(153.624)	(103.462)	(170.435)	(120.651)

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Material didático	93.258	58.523	95.747	60.795
Conteúdo educacional (a)	104.248	101.311	110.215	107.156
Estoques de uso e consumo	3.256	1.509	5.492	3.675
Estoques em poder de terceiros	83.321	62.963	85.283	64.935
	284.083	224.306	296.736	236.561

(a) Custos indiretos e proporção de despesas gerais alocadas ao material didático finalizado. Esses custos incluem custos de pessoal incorridos e serviços de terceiros para edição de material didático e atividades relacionadas (design gráfico, edição, revisão e layout, entre outros).

A Companhia apresenta sazonalidade relevante em estoque de Material didático e Estoques em poder de terceiros, impulsionada pela concentração de produção de material e subsequente entrega e reconhecimento de receita no trimestre terminando em dezembro.

O material didático é apresentado líquido de provisão para perda. O movimento na provisão para perda de estoque para o período findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Saldo do início do período/exercício	(51.496)	(71.264)	(51.551)	(71.657)
(Adições) / Reversões	(29.052)	(18.892)	(30.244)	(18.973)
Baixas	26.776	38.660	27.404	39.079
Saldo do final do período/exercício	(53.772)	(51.496)	(54.391)	(51.551)

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
IRRF sobre aplicações financeiras (a)	21.808	9.527	22.435	9.728
IRPJ e CSLL a recuperar	9.084	12.258	14.687	13.433
PIS e COFINS a recuperar (b)	21.582	15.806	23.803	17.183
INSS a recuperar	1.124	-	1.143	-
Outros	712	2.892	924	3.561
	54.310	40.483	62.992	43.905
Circulante	52.836	39.690	61.518	42.719
Não circulante	1.474	793	1.474	1.186

- a) Imposto de renda retido sobre aplicações financeiras (IRRF) a ser utilizado para compensar os impostos federais a pagar.
- b) Créditos adquiridos sobre compras operacionais da Companhia. Esse saldo geralmente é utilizado para compensação de saldos devedores de impostos federais, principalmente de INSS relacionado a folha de pagamento.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Partes relacionadas

A tabela abaixo resume os saldos e transações com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativos				
Contas a receber de clientes				
Livraria ASC Ltda. e Educadora ASC Ltda. (a)	62	1.965	62	1.965
SAE Digital S.A. (a)	-	40.137	-	42.689
International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração, Franqueadora S.A (d)	2.426	2.580	-	-
Isaac Tecnologia e Serviços Ltda (f)	201	933	201	933
	2.689	45.615	263	45.587
Outras contas a receber				
Arco Instituto de Educação (c)	910	2.162	910	2.162
	910	2.162	910	2.162
Partes relacionadas ativo				
<u>Mútuos</u>				
Arco Educação S.A. (e)	67.767	58.344	67.767	58.344
Arco Platform Limited (e)	202.871	183.985	202.871	183.985
Isaac Tecnologia e Serviços Ltda (e)	318.453	167.619	318.453	167.619
Achieve Holdings (e)	28.341	-	28.341	-
<u>Conta corrente</u>				
Arco Educação S.A. (b)	-	-	822	822
Arco Platform Limited (b)	3.028	3.028	3.028	3.028
Classapp Sistemas Ltda (b)	269	220	377	346
SAE Digital S.A. (b)	-	31	-	31
Atech Soluções Tecnológicas S.A. (b)	275	138	-	-
Activesoft (b)	1.334	1.286	1.334	1.286
Isaac Tecnologia e Serviços Ltda (b)	1.095	654	1.559	1.118
Ways Bilingual School S.A. (b)	61	-	61	-
	623.494	415.305	624.613	416.579
Circulante	6.062	5.357	7.181	6.631
Não circulante	617.432	409.948	617.432	409.948
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber				
International School S.A.	-	40.421	-	-
	-	40.421	-	-

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Passivos				
Partes relacionadas passivo				
<u>Conta corrente</u>				
Arco Educação S.A. (b)	3.430	3.411	3.430	3.411
SAE Digital S.A. (b)	-	169	-	169
Atech Soluções Tecnológicas S.A. (b)	-	1.423	-	-
Arco Platform Limited (b)	876	-	876	-
Achieve Holdings (b)	1.614	-	1.614	-
	5.920	5.003	5.920	3.580
Receita				
Livraria ASC Ltda. e Educadora ASC Ltda. (a)	4.293	6.025	4.293	6.025
	4.293	6.025	4.293	6.025

- a) Transações comerciais com venda de material didático entre as empresas do Grupo. O prazo médio de recebimento dos títulos é de 60 dias após o faturamento. As transações são precificadas com base em condições de mercado conforme termos definidos no contrato estabelecido entre as partes. As referidas empresas são consideradas partes relacionadas pois possuem estrutura societária comum, uma vez que os mesmos sócios controladores da Achieve Holdings, investidora indireta da Companhia, detêm participação relevante do capital social dessas entidades, caracterizando controle comum e, portanto, relacionamento societário para fins de divulgação.
- b) As transações referem-se a saldos a receber e a pagar para otimizar a gestão de caixa do Grupo, com a finalidade de cobrir despesas precificadas conforme contratos com o fornecedor. Não há receitas entre empresas do Grupo referente a essas transações e os valores não estão atrelados a dívidas e não incidem taxas.
- c) A Arco é membro fundador do Instituto Arco de Educação ("Arco Instituto"), uma associação sem fins lucrativos cujo objetivo é apoiar e incentivar a educação por meio da geração de conhecimento. A empresa possui valores a receber do Arco Instituto referentes ao reembolso de despesas pagas pela Companhia. Os valores não estão sujeitos a encargos financeiros e o saldo em aberto em setembro de 2025 é referente à operação de 2025.
- d) Valores a receber das subsidiárias pela utilização de serviços compartilhados prestados pela Companhia. Não há receitas entre empresas do Grupo referente a essas transações e os valores estão atrelados a gastos gerais (folha de pagamento e gastos com uso e consumo) e não incidem taxas.
- (e) Operações de mútuo com partes relacionadas, atualizados pelo CDI 10,30% e 10,83% em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Os mútuos geram encargos de juros reconhecidos pelo regime de competência, cujo montante apropriado ao resultado, R\$53.313 e R\$37.128 para o período findo em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente.
- (f) O saldo refere-se a serviços de intermediação financeira contratados em condições compatíveis com as de mercado e no curso normal das operações da Companhia.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Período findo em 30 de setembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A origem do relacionamento com as partes relacionadas encontra-se descritas no quadro abaixo:

Parte relacionada	Descrição
Livraria ASC Ltda.	Empresa controlada pelos atuais sócios da Achieve Holdings que é atual <i>holding</i> do Grupo Econômico.
Educadora ASC Ltda.	Empresa controlada pelos atuais sócios da Achieve Holdings que é atual <i>holding</i> do Grupo Econômico.
Arco Instituto de Educação	Entidade sem fins lucrativos constituída pela controladora direta da Companhia.
Achieve Holdings	Empresa <i>holding</i> do Grupo Econômico.
Arco Platform Limited	Empresa <i>holding</i> do Grupo Econômico.
Arco Educação S.A.	Controladora direta da Companhia.
SAE Digital S.A.	Empresa parte do Grupo Econômico no qual a Companhia é consolidada.
Isaac Tecnologia e Serviços Ltda.	Empresa parte do Grupo Econômico no qual a Companhia é consolidada.
Classapp Sistemas Ltda	Empresa parte do Grupo Econômico no qual a Companhia é consolidada.
Activesoft	Empresa parte do Grupo Econômico no qual a Companhia é consolidada.
Ways Bilingual School S.A.	Empresa parte do Grupo Econômico no qual a Companhia é consolidada.

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração corresponde a:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Benefícios a empregados de curto prazo	54.714	67.973	72.289	79.538
Plano de remuneração baseado em ações (a)	53.415	76.851	57.604	81.282
	108.129	144.824	129.893	160.820

(a) Alguns membros da administração da Companhia participam do plano de remuneração baseado em ações, ver nota 16 para mais informações.

A remuneração do pessoal-chave da administração inclui benefícios de curto prazo dos empregados, compostos por salários, bônus, custos trabalhistas e sociais e outros benefícios de curto prazo. Em 30 de setembro de 2025, a Companhia e suas controladas não possuem política de benefícios pós emprego para o pessoal-chave da Administração.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Período findo em 30 de setembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Investimentos

i. Composição da conta

O quadro abaixo apresenta um sumário dos saldos contábeis em empresas controladas e investidas. As informações quanto à natureza e percentual de participação estão descritas na nota 2.2.

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Investimentos				
International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração, Franqueadora S.A.	118.161	102.028	-	-
Atech Soluções Tecnológicas S.A.	42.876	53.907	-	-
Tera Treinamentos Profissionais Ltda.	15.078	14.831	15.078	14.831
Bewater Ventures I GA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	14.024	11.876	14.024	11.876
Lucros não realizados nos estoques	(9.532)	(7.947)	-	-
	180.607	174.695	29.102	26.707
Ágio e mais-valia na aquisição de investimentos incorporados				
Me Salva! Cursos e Consultorias S.A.	32.328	33.399	-	-
Barra Américas Editora Ltda.	272	428	-	-
Sistema de Ensino Positivo	1.207.418	1.251.029	-	-
WPensar S.A.	-	20.617	-	-
Geekie Desenvolvimento de Softwares S.A.	170.880	172.670	-	-
Escola da Inteligência Cursos Educacionais Ltda.	362.011	376.902	-	-
Studos Software Ltda.	13.406	14.169	-	-
Quadrado Mágico Desenvolvimento e Licenciamento de Software S.A.	24.170	25.256	-	-
P2D Educação Ltda.	638.170	647.795	-	-
Nave à Vela Ltda.	45.158	46.476	-	-
Distribuidora de Material Didático Desterro Ltda.	8.502	8.555	-	-
	2.502.315	2.597.296	-	-
Total dos investimentos	2.682.922	2.771.991	29.102	26.707

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dividido em:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Investimento	149.981	129.667	29.102	26.707
Ágio	1.907.121	1.939.184	-	-
Mais-valia	625.820	703.140	-	-
	2.682.922	2.771.991	29.102	26.707

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii. Movimentação

A movimentação dos investimentos, em empresas controladas, controladas em conjunto e joint ventures é demonstrada abaixo:

Controladora

Movimentação em 30/09/2025:

Investida	31 de dezembro de 2024	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos distribuídos	Ações restritas - reflexo	Ajuste a valor justo	Provisão para perda por redução ao valor recuperável (a)	30 de setembro de 2025
Barra Américas Editora Ltda.	428	-	(158)	-	-	-	-	270
International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração, Franqueadora S.A.	102.028	52.000	(9.026)	(26.842)	-	-	-	118.160
Sistema de Ensino Positivo	1.251.029	-	(43.611)	-	-	-	-	1.207.418
WPensar S.A.	20.617	-	(1.623)	-	-	-	(18.994)	-
NSE Soluções Educacionais S.A.	376.902	-	(14.892)	-	-	-	-	362.010
Geekie Desenvolvimento de Softwares S.A.	172.670	-	(1.790)	-	-	-	-	170.880
Nova Gaúcha	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuidora de Material Didático Desterro Ltda.	8.555	-	(53)	-	-	-	-	8.502
Nave à Vela Ltda.	46.476	-	(1.318)	-	-	-	-	45.158
Atech Soluções Tecnológicas S.A.	53.907	-	28	-	2.011	-	(13.068)	42.878
Studos Software Ltda.	14.169	-	(763)	-	-	-	-	13.406
Me Salva! Cursos e Consultorias S.A.	33.399	-	(1.071)	-	-	-	-	32.328
Quadrado Mágico Desenvolvimento e Licenciamento de Software S.A.	25.256	-	(1.087)	-	-	-	-	24.169
P2D Educação Ltda.	647.795	-	(9.622)	-	-	-	-	638.173
Tera Treinamentos Profissionais Ltda.	14.831	-	248	-	-	-	-	15.079
Bewater Ventures I GA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	11.876	-	-	-	-	2.147	-	14.023
Lucros não realizados nos estoques	(7.947)	-	(1.585)	-	-	-	-	(9.532)
	2.771.991	52.000	(86.323)	(26.842)	2.011	2.147	(32.062)	2.682.922

(a) Saldo provisionado para perda em decorrência de teste de recuperabilidade. Para mais informações ver item “v” desta nota explicativa.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação em 31/12/2024:

Investida	31 de dezembro de 2023	Aumento de capital	Reestruturação societária (nota 1.2)	Equivalência patrimonial	Dividendos distribuídos	Ações restritas - reflexo	Ajuste a valor justo	31 de dezembro de 2024
Barra Américas Editora Ltda.	636	-	-	(208)	-	-	-	428
International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração, Franqueadora S.A.	141.448	-	-	32.550	(71.970)	-	-	102.028
Sistema de Ensino Positivo	1.310.083	-	-	(59.054)	-	-	-	1.251.029
WPensar S.A.	21.548	-	-	(931)	-	-	-	20.617
NSE Soluções Educacionais S.A.	396.773	-	-	(19.871)	-	-	-	376.902
Geekie Desenvolvimento de Softwares S.A	175.056	-	-	(2.386)	-	-	-	172.670
Nova Gaúcha	107	-	-	(107)	-	-	-	-
Distribuidora de Material Didático Desterro Ltda.	9.208	-	-	(653)	-	-	-	8.555
Nave à Vela Ltda.	48.282	-	-	(1.806)	-	-	-	46.476
Atech Soluções Tecnológicas S.A.	50.317	-	-	789	-	2.801	-	53.907
Studos Software Ltda.	15.312	-	-	(1.143)	-	-	-	14.169
Me Salva Cursos e Consultorias S.A.	33.304	3.200	2.415	(5.520)	-	-	-	33.399
Quadrado Mágico Desenvolvimento e Licenciamento de Software S.A.	26.811	-	-	(1.555)	-	-	-	25.256
P2D Educação Ltda.	660.626	-	-	(12.831)	-	-	-	647.795
Tera Treinamentos Profissionais Ltda.	14.943	-	-	(112)	-	-	-	14.831
Bewater Ventures I GA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	11.724	-	-	-	-	-	152	11.876
Lucros não realizados nos estoques	(5.020)	-	-	(2.927)	-	-	-	(7.947)
	2.911.158	3.200	2.415	(75.765)	(71.970)	2.801	152	2.771.991

Consolidado

Movimentação em 30/09/2025:

Investida	31 de dezembro de 2024	Equivalência patrimonial	Ajuste a valor justo	30 de setembro de 2025
Tera Treinamentos Profissionais Ltda.	14.831	248	-	15.079
Bewater Ventures I GA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	11.876	-	2.147	14.023
	26.707	248	2.147	29.102

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação em 31/12/2024:

Investida	31 de dezembro de 2023	Equivalência patrimonial	Ajuste a valor justo	31 de dezembro de 2024
Tera Treinamentos Profissionais Ltda.	14.943	(112)	-	14.831
Bewater Ventures I GA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	11.724	-	152	11.876
	<u>26.667</u>	<u>(112)</u>	<u>152</u>	<u>26.707</u>

iii. Investimentos em controladas

As principais informações sobre as controladas, as quais possuem exercício social também encerrado em 30 de setembro de 2025, estão apresentadas a seguir.

Em 30 de setembro de 2025

Investida	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas	Custos e despesas	Resultado do período
International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração, Franqueadora S.A.	77.833	39.690	26.407	3.580	87.536	97.600	(106.123)	(8.523)
Atech Soluções Tecnológicas S.A.	64.407	10.253	30.054	1.732	42.874	78.341	(77.482)	859

Em 31 de dezembro de 2024

Investida	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas	Custos e despesas	Resultado do exercício
International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração, Franqueadora S.A.	113.564	29.758	70.160	2.263	70.899	176.038	(140.249)	35.789
Atech Soluções Tecnológicas S.A.	51.505	12.497	23.205	793	40.004	89.809	(88.785)	1.024
Me Salva! Cursos e Consultorias S.A.	-	-	-	-	-	3.903	(7.990)	(4.087)

iv. Investimentos em outras entidades

Bewater Ventures I GA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Bewater”)

Em 24 de julho de 2020, a Companhia, adquiriu 9.670 cotas classe B do Bewater Ventures I GA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo” ou “Bewater”), um fundo gerido pela Paraty Capital. A Companhia pagou aproximadamente R\$9,7 milhões, correspondendo a uma participação total de 14,5% na Bewater. Em 2 de fevereiro de 2021, a Bewater realizou uma nova rodada de injeção de capital, na qual a Companhia adquiriu 27 cotas classe B adicionais, resultando em uma participação de 11,1% das cotas do Fundo.

Em 12 de agosto de 2021, a Bewater teve uma nova rodada de investimentos, na qual a Companhia adquiriu 16 cotas classe B adicionais, resultando em uma participação de 11,0% das cotas do Fundo. Em 17 de fevereiro de 2022 e em 5 de agosto de 2022, a Bewater realizou novas rodadas de investimento, nas quais a Companhia adquiriu 19 e 12 cotas classe B adicionais, respectivamente. Em 3 de fevereiro de 2023 e 25 de julho de 2023, a Bewater realizou novas rodadas de investimento, nas quais a Companhia adquiriu 21 e 5 cotas classe B adicionais, respectivamente. Até 30 de setembro de 2025, a Companhia detém uma participação de 11,28% das cotas do Fundo.

O Fundo fez um investimento minoritário no Grupo A, uma empresa que oferece soluções educacionais para o ensino superior. O investimento na Bewater é mensurado pelo valor justo por meio do resultado financeiro e registrado no resultado financeiro.

Tera Treinamentos Profissionais Ltda (“Tera”)

Em 9 de abril de 2021, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações com a Tera Treinamentos Profissionais Ltda, uma empresa que oferece cursos profissionais focados no desenvolvimento de habilidades digitais, segundo o qual 8.234 ações foram adquiridas, equivalentes a 23,43% do capital social total da Tera, por um montante total de R\$15 milhões. Com base no acordo assinado, a Empresa não possui controle sobre a Tera, mas exerce influência significativa sobre a entidade.

Até 30 de setembro de 2025, a Companhia detém uma participação de 20,26% devido à diluição de sua participação resultante de outra rodada de investimentos que os investidores realizaram sem injeção de capital da Arco.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Investimentos e participações em outras entidades

Reconciliação do valor contábil:

	30 de setembro de 2025			31 de dezembro de 2024
	Tera	Bewater	Total	Total
Saldo no início do período/exercício	14.831	11.876	26.707	26.667
Contribuições de capital	-	-	-	-
Valor justo do investimento	247	-	247	152
Ganho resultante de alterações na propriedade	-	-	-	-
Alterações no valor justo de aquisições por etapas	-	-	-	-
Perdas na participação de investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial	-	2.148	2.148	(112)
Aquisição de controle	-	-	-	-
Saldo no final do período/exercício	15.078	14.024	29.102	26.707
Porcentagem de participação	20.26%	11.28%		

Informações financeiras resumidas para subsidiárias, joint ventures e afiliadas

Tera	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativo circulante	13.295	11.951
Ativo não circulante	2.630	2.470
Passivo circulante	4.685	5.437
Passivo não circulante	2.009	2.986
Patrimônio líquido	6.339	4.302
Receita	14.418	15.644
Custos e despesas	(11.525)	(13.949)
Prejuízo do período	2.376	1.696

Análise do valor recuperável de ativos

Controladora	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Pedagógico		
Ágio	1.907.121	1.939.184
Investimento e mais-valia	775.801	832.807
Total	2.682.922	2.771.991

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Teste de impairment do ágio

A Companhia possui em 30 de setembro de 2025 o valor de R\$1.907.121 (R\$1.939.184 em 2024) de ágio por expectativa de rentabilidade futura registrados na rubrica de investimentos, que, de acordo com o CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, integra ao seu valor líquido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Por não ser reconhecido separadamente, esse ágio também não deve ser testado separadamente com relação ao seu valor recuperável. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é que deve ser testado como um único ativo, em conformidade com o disposto no CPC 01 – Redução o Valor Recuperável de Ativos, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável.

A Companhia realizou análise do valor recuperável de ativos para o período findo em 30 de setembro de 2025. A Companhia testa, pelo menos anualmente, a recuperabilidade do valor contábil do ágio. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de pressupostos, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa futuros que representam a melhor estimativa da Companhia.

Segundo o CPC 22, um segmento operacional é um componente de uma entidade que realiza atividades de negócios, gera receitas, incorre em despesas e tem seus resultados revisados pela autoridade de decisão para alocação de recursos e avaliação de desempenho. As informações por segmento são apresentadas de forma consistente com os relatórios internos fornecidos aos principais executivos da Companhia e ao diretor presidente, que é o principal tomador de decisões operacionais. Eles são responsáveis pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e pela tomada de decisões estratégicas da Companhia.

A visão gerencial do Grupo para a sua unidade geradora de caixa é definida como “Pedagógico”. A Companhia aloca sua visão gerencial na unidade geradora de caixa mencionada, pois entende que existe um ganho de eficiência e os recursos são alocados na sua principal via de negócio das empresas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda. Para 2025, a Companhia comparou os valores contábeis da unidade geradora de caixa com os seus valores justos líquidos de despesa de venda.

O cálculo do valor justo é baseado em projeções de fluxo de caixa e orçamentos financeiros aprovados pela administração por um período de cinco anos. Os fluxos de caixa além do período de cinco anos foram extrapolados usando uma taxa de crescimento estimada. A taxa de crescimento não excede a taxa média de longo prazo da indústria. O valor justo calculado para o segmento Pedagógico em 2025 foi de R\$5.333.620 (R\$5.036.880 em 2024).

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia constituiu provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) no valor de R\$ 32.062 referente aos saldos do ágio sobre aquisição das investidas WPensar S.A. e Atech Soluções Tecnológicas S.A, por entender que parte ou a totalidade das atividades operacionais dessas investidas não está mais sendo contemplado no negócio da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, não há provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) para ágios por expectativa de rentabilidade futura.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os cálculos de valor justo foram baseados no modelo de fluxo de caixa descontado depois dos impostos e baseiam-se nas seguintes premissas:

	<u>Taxa de crescimento</u> <u>2025</u>	<u>Taxa de crescimento</u> <u>2024</u>	<u>Taxa de crescimento na perpetuidade</u> <u>2025</u>	<u>Taxa de crescimento na perpetuidade</u> <u>2024</u>	<u>Taxa de desconto</u> <u>2025</u>	<u>Taxa de desconto</u> <u>2024</u>
Pedagógico	11.2%	12.6%	3.6%	3.6%	13.9%	13.1%

Sensibilidade e mudanças nas premissas

No que se refere à avaliação do valor em uso da referida unidade geradora de caixa, estima-se que nenhuma mudança razoavelmente possível em qualquer uma das principais premissas acima mencionada levaria o valor contábil da unidade a exceder seu montante recuperável.

A Companhia realizou a análise de sensibilidade da sua unidade geradora de caixa e concluiu que não resultaria no reconhecimento de redução do valor recuperável do ágio. As análises foram consideradas:

- Aumento na taxa de desconto antes de tributo (WACC) para 14,4% em 2025 (13,7% em 2024); e
- Redução na taxa de crescimento na perpetuidade para 3,8% em 2025 (3,4% em 2024).

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Imobilizado

Custo	Controladora						
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Instalações	Benfeitorias	Outros
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.501	146	2.640	63.531	148	14.419	(825)
Adições	390	-	782	10.975	-	1.940	-
Baixas	(94)	(19)	(200)	(1.021)	-	-	457
Transferências	68	36	194	611	(4)	1	(906)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.865	163	3.416	74.096	144	16.360	(1.274)
Adições	339	-	1.225	2.142	-	1.694	-
Baixas	(465)	-	(656)	(1.235)	-	-	(328)
Reestruturação societária (nota 1.1)	4.633	-	571	2.869	113	-	(199)
Transferências	(14)	-	-	14	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2025	6.358	163	4.556	77.886	257	18.054	(1.801)
Depreciação							
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(114)	(146)	190	(39.293)	(36)	(10.216)	-
Depreciação no exercício	(333)	(17)	(335)	(20.266)	(9)	(1.047)	-
Baixas	13	-	38	225	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(434)	(163)	(107)	(59.334)	(45)	(11.263)	-
Depreciação no período	(261)	-	(407)	(3.884)	(12)	(881)	-
Baixas	231	-	261	1.180	-	-	-
Reestruturação societária (nota 1.1)	(2.470)	-	(263)	(2.024)	(30)	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2025	(2.934)	(163)	(516)	(64.062)	(87)	(12.144)	-
Saldo líquido							
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.387	-	2.830	24.238	112	4.203	(825)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.431	-	3.309	14.762	99	5.097	(1.274)
Saldos em 30 de setembro de 2025	3.424	-	4.040	13.824	170	5.910	(1.801)

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado							
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Instalações	Benfeitorias	Outros	Total
Custo								
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.580	742	4.815	77.266	147	16.737	9.394	112.681
Adições	465	-	933	11.833	-	2.288	1.181	16.700
Baixas	(186)	(302)	(373)	(1.531)	-	(78)	439	(2.031)
Transferências	(11)	-	(16)	23	-	-	4	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.848	440	5.359	87.591	147	18.947	11.018	127.350
Adições	349	-	1.433	2.337	14	1.884	1.284	7.301
Baixas	(465)	-	(656)	(1.235)	-	(503)	(447)	(3.306)
Reestruturação societária (nota 1.1)	4.633	-	571	2.869	113	-	(199)	7.987
Transferências	(14)	-	(79)	21	(14)	-	86	-
Saldos em 30 de setembro de 2025	8.351	440	6.628	91.583	260	20.328	11.742	139.332
Depreciação								
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.778)	(405)	(1.732)	(50.315)	(40)	(12.348)	(8.998)	(75.616)
Depreciação no exercício	(382)	(64)	(377)	(21.226)	(9)	(1.269)	(1.143)	(24.470)
Baixas	53	282	137	639	-	78	81	1.270
Transferências	(5)	-	44	(39)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(2.112)	(187)	(1.928)	(70.941)	(49)	(13.539)	(10.060)	(98.816)
Depreciação no período	(294)	(33)	(443)	(4.577)	(12)	(1.051)	(1.026)	(7.436)
Reestruturação societária (nota 1.1)	(2.470)	-	(259)	(2.025)	(30)	-	-	(4.784)
Baixas	231	-	261	1.180	-	342	86	2.100
Saldos em 30 de setembro de 2025	(4.645)	(220)	(2.369)	(76.363)	(91)	(14.248)	(11.000)	(108.936)
Saldo líquido								
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.802	337	3.083	26.951	107	4.389	396	37.065
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.736	253	3.431	16.650	98	5.408	958	28.534
Saldos em 30 de setembro de 2025	3.706	220	4.259	15.220	169	6.080	742	30.396

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia avalia, em cada data de relatório, se existe uma indicação de perda ao valor recuperável de ativos. Se existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Para o período findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não há indícios de perda ao valor recuperável do ativo imobilizado e por isso, não foi constituída provisão.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Direito de uso e passivo de arrendamento

O balanço patrimonial apresenta os seguintes valores relacionados aos arrendamentos:

a) Direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Direito de uso				
Imóveis	42.491	32.310	44.596	35.246
Equipamentos de TI	27.303	30.717	27.303	30.717
	69.794	63.027	71.899	65.963
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Arrendamento				
Circulante	34.542	37.527	35.266	39.051
Não circulante	42.323	34.011	44.052	35.948
	76.865	71.538	79.318	74.999

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Contratos por prazo e taxa de desconto

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da companhia ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12, §33:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Prazo dos contratos	Taxa de desconto %		Taxa de desconto %	
1 ano	18%	18%	0%	0%
2 anos	6%	6%	3%	1%
3 anos	3%	3%	2%	2%
4 anos	4%	4%	1%	1%
5 anos	4%	4%	2%	2%
6 anos	7%	9%	1%	1%
7 anos	19%	19%	0%	0%
10 anos	1%	1%	1%	1%
15 anos	12%	12%	12%	12%

c) Passivo de arrendamento

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	42.422	43.854
Adições	65.693	69.035
Baixas	(311)	(311)
Despesas de juros	5.388	5.643
Pagamentos de passivos de arrendamento	(35.148)	(36.548)
Juros pagos	(6.506)	(6.674)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	71.538	74.999
Adições	38.009	39.556
Baixas	(1.329)	(2.474)
Reestruturação societária (nota 1.1)	4.918	4.918
Despesas de juros	5.205	5.594
Pagamentos de passivos de arrendamento	(34.696)	(36.230)
Juros pagos	(6.780)	(7.045)
Saldo em 30 de setembro de 2025	76.865	79.318

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Cronograma de vencimentos do passivo de arrendamento

Conforme exigência no CPC 06 (R2), §58 e CPC 40, §39, letra “a” e §B11D, a Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo no BP em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Em 30 de setembro de 2025:

Controladora		Consolidado	
Maturidade dos contratos		Maturidade dos contratos	
Vencimento das prestações:		Vencimento das prestações:	
2025	10.888	2025	11.129
2026	34.416	2026	35.280
2027	18.322	2027	19.185
2028	10.753	2028	11.442
2029	6.641	2029	6.812
2030	1.164	2030	1.164
2031	945	2031	945
2032	394	2032	394
Valores não descontados	83.523	Valores não descontados	86.351
Ajuste a valor presente	(6.658)	Ajuste a valor presente	(7.033)
Saldo passivo de arrendamento	76.865	Saldo passivo de arrendamento	79.318

Em 31 de dezembro de 2024:

Controladora		Consolidado	
Maturidade dos contratos		Maturidade dos contratos	
Vencimento das prestações:		Vencimento das prestações:	
2025	41.201	2025	42.888
2026	21.465	2026	22.606
2027	4.899	2027	5.420
2028	4.640	2028	4.988
2029	2.293	2029	2.293
Valores não descontados	74.498	Valores não descontados	78.195
Ajuste a valor presente	(2.960)	Ajuste a valor presente	(3.196)
Saldo passivo de arrendamento	71.538	Saldo passivo de arrendamento	74.999

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Movimentação direito de uso por classe de ativo

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo, uma exigência do CPC 06 (R2), §53, letras “a”, “h”, “j”:

	Controladora		
	Imóveis	Equipamentos de TI	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.293	32.144	36.437
Adição	39.673	26.020	65.693
Depreciação	(11.656)	(27.177)	(38.833)
Baixas	-	(270)	(270)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	32.310	30.717	63.027
Adição	17.158	20.851	38.009
Depreciação	(11.073)	(24.265)	(35.338)
Reestruturação societária (nota 1.1)	5.164	-	5.164
Baixas	(1.068)	-	(1.068)
Saldo em 30 de setembro de 2025	42.491	27.303	69.794

	Consolidado		
	Imóveis	Equipamentos de TI	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.554	32.143	37.697
Adição	43.015	26.020	69.035
Depreciação	(13.323)	(27.177)	(40.500)
Baixas	-	(269)	(269)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	35.246	30.717	65.963
Adição	18.705	20.851	39.556
Depreciação	(12.416)	(24.265)	(36.681)
Reestruturação societária (nota 1.1)	5.164	-	5.164
Baixas	(2.103)	-	(2.103)
Saldo em 30 de setembro de 2025	44.596	27.303	71.899

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

f) Análise dos impactos das diferenças/sensibilidade inflação

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia e suas controladas adotaram como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC 06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos dos passivos sem inflação, efetivamente contabilizados (fluxo real x taxa nominal) e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
<u>Fluxo real</u>				
Direito de uso	221.158	171.033	231.423	182.358
(-) Depreciação acumulada	(151.364)	(108.006)	(159.524)	(116.395)
	69.794	63.027	71.899	65.963
Passivos de arrendamento	83.522	74.498	86.349	78.195
(-) Ajuste a valor presente	(6.657)	(2.960)	(7.031)	(3.196)
	76.865	71.538	79.318	74.999
<u>Fluxo nominal</u>				
Direito de uso	228.484	197.179	239.089	206.477
(-) Depreciação acumulada	(156.378)	(131.454)	(5.284)	(137.568)
	72.106	65.725	233.805	68.909
Passivos de arrendamento	69.794	77.686	89.451	81.539
(-) Ajuste a valor presente	72.318	(3.091)	(7.280)	(3.336)
	142.112	74.595	82.171	78.203

As demais premissas, assim como o cronograma de vencimento das obrigações e as taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia e suas controladas analisam periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos de direito de uso poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. Após análise interna da Administração, o ativo de direito de uso da Companhia e de suas controladas não apresentou indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia e de suas controladas. Dessa forma, a administração não identificou a necessidade de testar esse grupo de ativos ao valor recuperável nos termos da NBC TG 01 (R4) para 30 de setembro de 2025.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

g) Crédito de PIS e COFINS potencial

A Companhia e suas controladas possuem direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel na ocorrência de seus pagamentos. Apresentamos abaixo os valores potenciais desses impostos considerando o saldo dos contratos e o seu ajuste a valor presente.

Em 30 de setembro de 2025:

Fluxo de caixa	Controladora		Consolidado	
	Fluxo nominal	Valor presente	Fluxo nominal	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	83.523	76.865	86.351	79.318
PIS/COFINS potencial (9,25%)	7.726	7.110	7.987	7.337

Em 31 de dezembro de 2024:

Fluxo de caixa	Controladora		Consolidado	
	Fluxo nominal	Valor presente	Fluxo nominal	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	74.498	71.538	78.195	74.999
PIS/COFINS potencial (9,25%)	6.891	6.617	7.233	6.937

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Intangível

	Controladora									
	Licença de comercialização	Carteira de clientes	Sistema educacional	Direitos autorais	Licença de uso de softwares	Marcas	Plataforma de educação	Acordo de não competição	Intangível em andamento	Total
Custo										
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.654	-	-	59.463	126.881	17.099	418.311	678	21.355	655.441
Aquisições	-	-	-	15.845	42.116	-	67.515	815	-	126.291
Reestruturação societária (nota 1.1)	-	-	-	65	466	-	-	-	-	531
Transferência	-	-	-	-	(404)	-	-	640	(236)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.654	-	-	75.373	169.059	17.099	485.826	2.133	21.119	782.263
Aquisições	-	-	-	9.443	55.783	-	60.825	183	-	126.234
Reestruturação societária (nota 1.1)	-	11.733	14.654	14.866	5.145	5.663	79.206	1.372	-	132.639
Saldos em 30 de setembro de 2025	11.654	11.733	14.654	99.682	229.987	22.762	625.857	3.688	21.119	1.041.136
Amortização										
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(9.166)	-	-	(33.521)	(62.264)	(7.463)	(285.212)	(678)	-	(398.304)
Amortização	(1.129)	-	-	(16.599)	(30.947)	(2.698)	(88.502)	(694)	-	(140.569)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(10.295)	-	-	(50.120)	(93.211)	(10.161)	(373.714)	(1.372)	-	(538.873)
Amortização	(1.359)	(35)	-	(7.639)	(20.631)	(2.255)	(65.757)	(610)	-	(98.286)
Reestruturação societária (nota 1.1)	-	(10.365)	(14.654)	(7.041)	(4.318)	(5.011)	(70.177)	(1.372)	-	(112.938)
Saldos em 30 de setembro de 2025	(11.654)	(10.400)	(14.654)	(64.800)	(118.160)	(17.427)	(509.648)	(3.354)	-	(750.097)
Saldo líquido										
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.488	-	-	25.942	64.617	9.636	133.099	-	21.355	257.137
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.359	-	-	25.253	75.848	6.938	112.112	761	21.119	243.390
Saldos em 30 de setembro de 2025	-	1.333	-	34.882	111.827	5.335	116.209	334	21.119	291.039

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado										
	Ágio	Licença de uso	Carteira de clientes	Sistema educacional	Direitos autorais	Licença de uso de softwares	Marcas	Plataforma de educação	Acordo de não competição	Intangível em andamento	Total
Custo											
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.939.185	15.263	336.237	311.478	63.881	172.092	550.507	524.566	14.768	1.124	3.929.101
Aquisições (a)	-	-	-	-	16.193	40.142	154	72.422	815	-	129.726
Transferência	-	-	-	(417)	4	8	-	-	641	(236)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.939.185	15.263	336.237	311.061	80.078	212.242	550.661	596.988	16.224	888	4.058.827
Aquisições (a)	-	-	-	-	10.891	53.520	45	64.584	183	-	129.223
Baixas	(32.062)	-	(1.602)	-	-	(7.447)	(1.161)	-	(1.064)	-	(43.336)
Reestruturação societária (nota 1.1)	-	-	11.733	14.654	14.866	5.145	5.663	79.206	1.372	-	132.639
Saldos em 30 de setembro de 2025	1.907.123	15.263	346.368	325.725	105.835	263.460	555.208	740.778	16.715	888	4.277.353
Amortização											
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(12.775)	(139.225)	(140.033)	(36.897)	(86.356)	(112.457)	(374.588)	(10.244)	-	(912.575)
Amortização	-	(1.129)	(36.677)	(34.956)	(17.328)	(36.483)	(31.036)	(90.759)	(3.129)	-	(251.497)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	(13.904)	(175.902)	(174.989)	(54.225)	(122.839)	(143.493)	(465.347)	(13.373)	-	(1.164.072)
Amortização	-	(1.359)	(26.881)	(24.304)	(7.639)	(23.408)	(23.538)	(67.890)	(1.566)	-	(176.585)
Reestruturação societária (nota 1.1)	-	-	(10.365)	(14.654)	(7.041)	(4.322)	(5.011)	(70.177)	(1.372)	-	(112.942)
Baixas	-	-	979	-	-	6.219	658	-	962	-	8.818
Saldos em 30 de setembro de 2025	-	(15.263)	(212.169)	(213.947)	(68.905)	(144.350)	(171.384)	(603.414)	(15.349)	-	(1.444.781)
Saldo líquido											
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.939.185	2.488	197.012	171.445	26.984	85.736	438.050	149.978	4.524	1.124	3.016.526
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.939.185	1.359	160.335	136.072	25.853	89.403	407.168	131.641	2.851	888	2.894.755
Saldos em 30 de setembro de 2025	1.907.123	-	134.199	111.768	36.930	119.110	383.824	137.364	1.366	888	2.832.572

- a) As aquisições em licença de uso de softwares referem-se, principalmente, a adições de ativos intangíveis e à capitalização de despesas incorridas no desenvolvimento de projetos e sistemas. No período findo em 30 de setembro de 2025, as capitalizações totalizaram R\$25.446 na controladora e R\$25.446 no consolidado (R\$21.643 e R\$19.942 em 31 de dezembro 2024, respectivamente).

A Companhia avalia, pelo menos anualmente, a recuperabilidade do valor contábil do ativo. Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não há indicadores de perda de valor recuperável dos ativos intangíveis da Companhia com vida útil definida.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis, exceto o ágio, são avaliados separadamente por cada aquisição e são amortizados de acordo com as suas vidas úteis. A vida útil e os métodos de amortização desses outros intangíveis são revisados e ajustados a cada ano financeiro e ajustados apropriadamente se necessário.

A estimativa de vida útil dos ativos intangíveis para o período findo em 30 de setembro de 2025 são:

	Anos
Licença de comercialização	10
Carteira de clientes	5 a 16
Sistema educacional	3 a 10
Direitos autorais	3
Licença de uso de software	2 a 5
Marcas	10 a 20
Plataforma educacional	3 a 10
Acordo de não competição	2 a 5

14. Empréstimos e financiamentos

Tipo	Taxa	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Debêntures (a)	100% CDI + 2,30% a.a.	Agosto/2027	817.680	1.258.212	817.680	1.258.212
Debêntures (b)	100% CDI + 2,60% a.a.	Julho/2028	567.979	581.150	567.979	581.150
Debêntures (c)	100% CDI + 1,80% a.a.	Maior/2029	844.692	805.701	844.692	805.701
Debêntures (d)	100% CDI + 2,45% a.a.	Julho/2030	607.420	-	607.420	-
Debêntures (e)	100% CDI + 2,45% a.a.	Agosto/2030	200.496	-	200.496	-
			3.038.267	2.645.063	3.038.267	2.645.063
Circulante			689.254	505.482	689.254	505.482
Não circulante			2.349.013	2.139.581	2.349.013	2.139.581

- a) As debêntures têm juros de 100% do CDI + 2,3% ao ano, que são pagos a cada seis meses, com o primeiro pagamento em 3 de fevereiro de 2023 e o último pagamento em 3 de agosto de 2027. O valor principal será liquidado em 3 parcelas em agosto de cada ano de 2025 a 2027. Durante o período findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia reconheceu (i) R\$134.285 de juros acumulados, (ii) pagamentos de juros no valor de R\$174.817, e (iii) pagamento da primeira parcela de principal R\$400.000.
- b) As debêntures têm juros de 100% do CDI + 2,6% ao ano, pagáveis semestralmente em janeiro e julho. O valor principal será liquidado em 3 parcelas em julho de cada ano de 2026 a 2028. Durante o período findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia reconheceu R\$67.553 de juros acumulados e pagamentos de juros no valor de R\$80.724.
- c) As debêntures têm juros de 100% do CDI + 1,8% a.a., pagáveis semestralmente em maio e novembro. O valor principal será liquidado em 3 parcelas em maio de cada ano, de 2027 a 2029. A Companhia reconheceu durante o período findo em 30 de setembro de 2025, R\$93.757 de juros acumulados e pagamentos de juros no montante de R\$54.766.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- d) As debêntures têm juros de 100% CDI + 2,45% ao ano, pagos semestralmente, com o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2026 e o último em 15 de julho de 2030. O valor principal será liquidado em 7 parcelas, também semestrais, iniciando em julho de 2027, com o último vencimento em 2030 de cada ano. Além dos R\$ 600 milhões, a Companhia reconheceu R\$10.671 como custos de transação, que serão contabilizados como despesas durante o período do contrato. Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia reconheceu R\$18.091 de juros acumulados.
- e) As debêntures têm juros de 100% CDI + 2,45% ao ano, pagos semestralmente, com o primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2026 e o último em 15 de agosto de 2030. O valor principal será liquidado em três parcelas em agosto de cada ano, de 2028 a 2030. Além dos R\$ 200 milhões, a Companhia reconheceu R\$2.955 como custos de transação, que serão contabilizados como despesas durante o período do contrato. Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia reconheceu R\$3.451 de juros acumulados.

O contrato de debêntures prevê cláusulas restritivas de vencimento antecipado tais como: cláusulas financeiras, incluindo o atingimento de um índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida consolidada do Grupo econômico ao qual a Companhia é integrante (excluindo o saldo de títulos conversíveis) por EBITDA ajustado inferior a 3x em 30 de setembro de 2025, inadimplência sobre as obrigações financeiras do contrato, falência ou liquidação da empresa, entre outros. Em 30 de setembro de 2025, o Grupo Econômico registrou o índice de 2,67 x EBITDA ajustado (2,75 x EBITDA ajustado em 31 de dezembro de 2024). Todas as debêntures emitidas pela Companhia são garantidas pela Arco Educação.

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas contratuais de empréstimos e financiamentos.

Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Saldo no início do período/exercício	2.645.063	1.862.920	2.645.063	1.862.920
Captação	800.000	800.000	800.000	800.000
Custos de transação	(13.626)	(7.345)	(13.626)	(7.345)
Despesa de juros	317.138	289.366	317.138	289.366
Pagamento de juros	(310.308)	(281.678)	(310.308)	(281.678)
Pagamento de principal	(400.000)	(19.663)	(400.000)	(19.663)
Variação cambial	-	1.463	-	1.463
Saldo no final do período/exercício	3.038.267	2.645.063	3.038.267	2.645.063

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Contas a pagar de aquisição societária

A composição dos passivos relativos aos saldos de contas a pagar de combinação de negócios e investimentos em coligadas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
International School (a)	-	541.519	-	541.519
Me Salva!	362	4.680	362	4.680
	362	546.199	362	546.199
Circulante	362	545.870	362	545.870
Não circulante	-	329	-	329

- (a) Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia reconheceu R\$14.797 de despesas com juros na demonstração do resultado e pagou o montante de R\$32.636 como contraprestação contingente de valores em aberto. Adicionalmente, em 25 de abril de 2025, após decisão arbitral, a Companhia efetuou o pagamento do contas a pagar de aquisição societária no valor de R\$448.818, sendo R\$30.144 de principal, R\$113.661 de pagamento de juros e R\$305.013 como contraprestação contingente, em consequência da decisão, foi reconhecido o montante de R\$74.862 como redução de valor justo.

Caso o período entre a aquisição e o pagamento não seja significativo, a Companhia adota a prática de considerar qualquer pagamento como fluxo de caixa de investimento. Por outro lado, se o período for significativo, os pagamentos são classificados como fluxos de caixa de financiamento. A Companhia considera como significativo os pagamentos efetuados após 12 meses da data da aquisição.

Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Saldo no início do período/exercício	546.199	871.051	546.199	871.051
Provisão de juros	14.849	82.151	14.849	82.151
Pagamento de juros	(114.731)	(130.606)	(114.731)	(130.606)
Pagamento de principal	(371.176)	(310.990)	(371.176)	(310.990)
Ajuste a valor justo	(74.780)	34.979	(74.780)	34.979
Outros	-	(386)	-	(386)
Saldo no final do período/exercício	362	546.199	362	546.199

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Bônus (a)	31.501	44.572	43.521	60.938
Salários e encargos sociais (b)	47.136	34.228	55.769	38.867
Provisão de férias e 13º salário	64.137	26.380	83.057	35.447
Outros	2.076	2.713	2.632	2.886
	144.850	107.893	184.979	138.138
Circulante	127.588	99.551	165.998	129.016
Não circulante	17.262	8.342	18.981	9.122

(a) Remuneração variável (bônus)

A Companhia reconheceu bônus relacionado à remuneração variável dos funcionários e da administração no valor de R\$43.873 e R\$54.314 na Controladora, e de R\$54.659 e R\$68.508 no Consolidado, para o período findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, respectivamente. Esses gastos foram contabilizados como custo, despesas de vendas e despesas administrativas no resultado do período.

(b) Pagamento baseado em ações

Os colaboradores e membros executivos recebem remuneração sob a forma de transações de remuneração baseada em ações, através das quais os colaboradores e o conselho de administração prestam serviços em contrapartida de instrumentos de capital. O custo dessas transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é reconhecido na demonstração do resultado, juntamente com um crédito correspondente à reserva de remuneração baseada em ações no patrimônio líquido, durante o período em que as condições de desempenho e serviço são cumpridas.

A remuneração baseada em ações possui impostos sobre a folha de pagamento e obrigações sociais (custos sociais) associados a esse benefício. Os custos sociais relacionados com opções concedidas e unidades de ações restritas são provisionados ao longo do período de aquisição, com base no valor intrínseco do prêmio que foi concedido ao final de cada período de relatório. Este valor está reconhecido como despesas gerais e administrativas com crédito no passivo. O valor do passivo também reflete o impacto das desistências esperadas. A alíquota de custo social pela qual é feita a provisão segue o domicílio fiscal brasileiro.

A Companhia é obrigada a reter o imposto devido e liquidá-lo junto à autoridade fiscal em nome dos empregados. Para cumprir esta obrigação, os termos dos acordos de unidades de ações restritas da Companhia permitem que o Grupo retenha o número de ações que seja igual ao valor monetário da obrigação fiscal do empregado do número total de ações que de outra forma teriam sido emitidas ao funcionário, mediante aquisição da unidade de ações restritas. O valor monetário da obrigação fiscal do empregado é registrado como uma dedução às reservas patrimoniais pelas ações retidas, até o momento do pagamento para a empresa emissora das ações, quando é realizada a baixa desse montante.

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos executivos e colaboradores é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido ou passivo, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*).

Modificação de contratos

Quando os termos de uma concessão de transação liquidada com instrumentos patrimoniais são modificados, a despesa mínima reconhecida é a despesa como se os termos não tivessem sido modificados, se os termos originais da concessão forem cumpridos. Uma despesa adicional é reconhecida para modificações que aumentem o valor justo total da transação de remuneração baseada em ações ou que sejam de outra forma benéficas para o outorgado conforme mensurado na data da modificação.

Em 18 de outubro de 2024, a Companhia alterou a moeda do preço de exercício por ação de dólares americanos para reais brasileiros. De acordo com os contratos modificados, todas as condições de aquisição de direitos e o número de prêmios foram mantidos. A empresa remensurou os prêmios na data da modificação e concluiu que não há valor incremental a ser reconhecido, de acordo com o CPC 10.

A despesa total de remuneração, incluindo impostos e encargos sociais, foi de R\$49.028 e R\$76.851 na Controladora, e de R\$53.110 e R\$81.282 no Consolidado, para o período findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, respectivamente.

Plano de opções de compra de ações

A tabela a seguir lista os dados inseridos no modelo usado para o Plano de Opções de Ações da Companhia estimado na data de concessão:

Dividend yield (%)	n/a
Volatilidade esperada (%)	49,5%
Taxa livre de risco (%)	3,1 à 3,4
Expectativa de vida das opções (anos)	3,50
Preço médio de exercício (R\$)	30,70
Modelo utilizado	Black & Scholes

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir ilustra o número e os movimentos das opções de ações durante o período findo em 30 de setembro de 2025:

Vesting final	Quantidade de ações	Ações unvested (líquido de perdas)
31/12/2025	9.874	753
31/12/2026	3.048	866
Total	12.922	1.619

Plano de concessão de ações restritas - Plano regular

O direito do participante de receber efetivamente a propriedade das ações restritas estará condicionado à continuidade do participante como funcionário, diretor ou administrador de qualquer empresa da Companhia e suas controladas, desde a data da concessão até o final do período de aquisição ("Aquisição"). Se um participante deixar o grupo ou não atingir a meta de desempenho, ele terá direito a receber suas ações adquiridas e um valor proporcional das ações concedidas e não adquiridas, com referência ao período de aquisição em que ocorreu a rescisão e com base no número de dias em que o participante esteve empregado. O valor total será calculado com base na meta de desempenho multiplicada por uma taxa de até 200%. Após o período de aquisição, as ações restritas têm os mesmos direitos e privilégios que qualquer acionista. O valor justo das ações restritas é igual ao preço de mercado das ações subjacentes na data da concessão.

O período de aquisição é de acordo com o seguinte cronograma:

<u>Vesting final</u>	<u>Ações unvested (líquido de perdas)</u>
31/12/2025	352.265
01/09/2026	10.259
31/12/2026	52.689
01/12/2027	808.349
01/03/2028	16.342
01/06/2028	96.419
31/07/2028	3.268
01/08/2028	187.935
31/12/2028	196.560
28/02/2029	36.316
01/06/2029	51.750
01/09/2029	1.816
Total	1.813.970

O valor justo desses instrumentos patrimoniais foi mensurado na data de concessão da seguinte forma:

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Data da outorga	Número de ações	Ações <i>unvested</i> (líquido de perdas)	Valor justo das ações na data da outorga
02/01/2023	154.467	29.992	70,63
01/03/2023	604.000	352.265	66,28
01/05/2023	184.000	22.698	62,81
01/08/2023	42.525	10.259	61,21
01/03/2024	1.227.500	824.691	69,43
01/06/2024	118.000	96.419	80,81
16/09/2024	269.800	187.935	81,64
07/03/2025	319.500	236.145	96,06
18/06/2025	60.000	51.750	96,06
01/09/2025	2.000	1.816	96,06
Total	2.981.789	1.813.970	

17. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 30 de setembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$2.636.767 (em 31 de dezembro de 2024 é de R\$2.478.301) dividido por 1.555.233.524 (em 31 de dezembro de 2024 é de 1.436.552.829) ações ordinárias pertencentes à Arco Educação S.A., acionista integral da Companhia.

(b) Reserva de capital

A reserva de capital inclui os valores adicionais de capital integralizado relativos à diferença entre o preço de subscrição que os acionistas pagaram pelas ações ordinárias e o seu valor nominal e pelas opções outorgadas reconhecidas, por meio da deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10 (R1) /IFRS 2 – Pagamento baseado em ações.

A reserva de capital pode ser utilizada para a compensação de perdas que excedam lucros acumulados e reservas de lucros e para aumentos de capital.

(c) Reserva legal

A reserva legal é registrada de acordo com a legislação societária brasileira e os estatutos da Companhia, com base em 5% do lucro do exercício, limitado a 20% do capital social, tendo sido utilizada para absorver prejuízo acumulado em anos anteriores.

(d) Dividendos

Não há dividendos a serem distribuídos no período findo em 30 de setembro de 2025 em decorrência do resultado do período ser um prejuízo.

18. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Venda de material didático	1.130.307	1.815.529	1.218.848	1.989.351
Deduções:				
Impostos	(825)	(1.559)	(787)	(2.298)
Receita líquida	1.129.482	1.813.970	1.218.061	1.987.053

Reconhecimento de receita

Conforme mencionado na nota 1.1, o exercício social de 2025 compreende o período de 1º de janeiro de 2025 a 30 de setembro de 2025, totalizando nove meses, enquanto o exercício social de 2024 compreende o período de doze meses terminando em 31 de dezembro de 2024. A receita da Companhia tem sazonalidade alta, com concentração histórica entre outubro e dezembro.

A Companhia comercializa materiais didáticos cujos contratos seguem o calendário letivo brasileiro. O reconhecimento de receita ocorre mediante a entrega dos materiais, correspondendo ao ciclo denominado 'Ano Coleção', que vigora de outubro a setembro do ano subsequente. Este ciclo encontra-se agora alinhado ao novo exercício social da Companhia, cujo encerramento foi alterado para setembro.

Embora a contratação dos produtos pelas escolas ocorra, majoritariamente, até o final do ano civil, o reconhecimento contábil da receita é distribuído conforme as janelas de entrega. A Companhia apresenta forte sazonalidade, concentrando a maior parte da receita e do lucro bruto entre outubro e março — período que compreende o último trimestre do ano civil e o primeiro trimestre do ano seguinte — visando o início do ano letivo em fevereiro. As entregas remanescentes ocorrem entre abril e setembro. Ressalta-se que oscilações mensais ou trimestrais refletem o planejamento tático-operacional de entregas e não devem ser interpretadas, isoladamente, como indicadores de tendência de crescimento em comparação ao mesmo período do ano anterior. Portanto, para fins de mensuração de crescimento e comparabilidade de margens com períodos anteriores, recomenda-se a análise do ciclo completo de 12 meses, compreendido entre outubro e setembro.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Benefícios fiscais

A Companhia não está sujeita ao pagamento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre a venda de material didático, pois essas operações estão sujeitas a alíquota zero, o que caracteriza, na prática, isenção dessas contribuições.

Da mesma forma, não há incidência de ISS (imposto municipal), uma vez que a comercialização de livros impressos e digitais é considerada venda de produto, e não prestação de serviços. Além disso, o ICMS (imposto estadual) sobre livros possui imunidade constitucional, conforme o art. 150, inciso VI, da constituição federal.

19. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Custo gráfico	(138.046)	(237.995)	(134.061)	(242.766)
Gastos com pessoal	(41.796)	(48.936)	(44.239)	(49.977)
Provisão para perda com estoques	(29.052)	(18.892)	(30.244)	(18.973)
Fretes	(22.316)	(32.385)	(24.695)	(35.306)
Depreciação e amortização	(95.348)	(149.480)	(99.331)	(154.874)
Outros	(44.856)	(64.870)	(43.675)	(65.315)
Custos das vendas	(371.414)	(552.558)	(376.245)	(567.211)
Gastos com pessoal	(229.594)	(254.602)	(262.853)	(293.031)
Depreciação e amortização	(7.661)	(8.362)	(77.917)	(106.459)
Vendas e marketing	(76.893)	(84.749)	(99.426)	(111.301)
Suporte ao cliente	(64.417)	(57.761)	(77.699)	(72.919)
Repasse a clientes (a)	(59.062)	(92.009)	(60.379)	(92.643)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(33.501)	(39.251)	(35.485)	(46.498)
Aluguéis de imóveis	(1.141)	(897)	(1.210)	(1.313)
Outros	(16.785)	(21.570)	(19.254)	(25.124)
Despesas de vendas	(489.054)	(559.201)	(634.223)	(749.288)
Gastos com pessoal	(101.244)	(125.989)	(109.074)	(137.213)
Serviços de terceiros	(89.335)	(79.058)	(91.213)	(85.036)
Aluguéis de imóveis	(1.103)	(1.408)	(1.343)	(1.652)
Despesas com viagens	(2.067)	(3.096)	(3.004)	(4.389)
Despesas tributárias	(5.378)	(8.344)	(6.570)	(10.321)
Licença de uso de software	(19.306)	(19.336)	(20.216)	(20.357)
Plano de remuneração baseado em ações	(53.415)	(76.851)	(57.604)	(81.282)
Depreciação e amortização	(35.881)	(43.353)	(43.248)	(54.133)
Outros	(19.522)	(16.088)	(20.916)	(17.570)
Despesas administrativas	(327.251)	(373.523)	(353.188)	(411.953)
Valor residual de imobilizado e intangível baixado	(751)	(560)	(3.291)	(719)
Baixa de ágio por <i>impairment</i> (nota 10)	(32.062)	-	(32.062)	-
Outros	7.625	7.613	5.217	8.191
Outras receitas (despesas), líquidas	(25.188)	7.053	(30.136)	7.472
Total	(1.212.907)	(1.478.229)	(1.393.792)	(1.720.980)

a) Referem-se a montantes repassados às instituições de ensino (escolas) pela intermediação na venda de material didático.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Rendimentos de aplicações financeiras	61.154	90.528	63.195	94.701
Mudança do valor justo de investimentos	6.665	-	6.665	-
Variação de valor justo de instrumentos financeiros derivativos (a)	-	1.160	-	1.160
Variação valor justo em contas a pagar de aquisição societária (b)	87.885	-	87.885	-
Variação cambial ativa	-	717	-	717
Juros ativos	52.358	38.310	52.648	38.798
Outras receitas financeiras	5.360	674	5.158	1.055
Receita financeira	213.422	131.389	215.551	136.431
Variação de valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	(27)	-	(27)
Variação de valor justo em contas a pagar de aquisição societária (b)	(13.105)	(34.979)	(13.105)	(34.979)
Variação cambial passiva	-	(2.730)	-	(2.746)
Comissões e despesas bancárias	(57)	(4.285)	(80)	(4.537)
Juros sobre aquisição de investimento	(14.849)	(82.151)	(14.849)	(82.151)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(317.138)	(289.366)	(317.138)	(289.366)
Juros sobre o arrendamento	(5.213)	(5.388)	(5.594)	(5.643)
Outras despesas financeiras	(18.791)	(15.575)	(19.619)	(16.518)
Despesa financeira	(369.153)	(434.501)	(370.385)	(435.967)
Resultado financeiro	(155.731)	(303.112)	(154.834)	(299.536)

(a) Refere-se a variações no valor justo dos derivativos de swap.

(b) Refere-se a variações no valor das contas a pagar de aquisição societária.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(325.479)	(43.136)	(330.317)	(33.575)
Alíquota fiscal combinada - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	110.663	14.666	112.308	11.416
Ajuste para o cálculo de alíquota efetiva:				
Equivalencia patrimonial	(29.350)	(25.760)	84	38
Perdas em títulos a receber dedutível	18.764	5.638	21.958	9.458
Outras adições (exclusões) líquidas	26.341	35.853	(3.094)	-
	126.418	30.397	131.256	20.836
Corrente	(57)	(5.189)	(484)	(17.255)
Diferido	126.475	35.586	131.740	38.091
Despesa de imposto de renda e contribuição social	126.418	30.397	131.256	20.836
Alíquota efetiva	38,8%	70,50%	39,7%	62,10%

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As alterações nos ativos e passivos diferidos do imposto são as seguintes:

	Controladora				
	31 de dezembro de 2023	Efeito no resultado do exercício	31 de dezembro de 2024	Efeito no resultado do período	30 de setembro de 2025
Impostos diferidos ativos					
Prejuízo fiscal	247.662	90.854	338.516	161.130	499.646
Diferenças temporárias					
Instrumentos financeiros derivativos	203.939	22.841	226.780	(19.914)	206.866
Outras diferenças temporárias	72.494	(7.582)	64.912	1.420	84.323
Plano de remuneração em ações	16.374	11.665	28.039	16.504	44.543
Amortização de ativos intangíveis	31.006	(1.501)	29.505	(2.783)	26.722
Total impostos diferidos ativos	571.475	116.277	687.752	156.357	862.100
Impostos diferidos passivos					
Instrumentos financeiros derivativos	(10.697)	8.828	(1.869)	-	(1.869)
Benefício fiscal sobre ágio	(190.114)	(84.050)	(274.164)	(63.038)	(337.202)
Outras diferenças temporárias	(43.242)	(5.469)	(48.711)	33.156	(15.555)
Total impostos diferidos passivos	(244.053)	(80.691)	(324.744)	(29.882)	(354.626)
Impostos diferidos ativos (passivos), líquido	327.422	35.586	363.008	126.475	507.474

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Expectativa de recuperação - Ativo fiscal diferido

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, considerando a projeção de lucros tributáveis futuros, a Administração das controladas estimam que a realização dos créditos fiscais diferidos, está conforme apresentado a seguir:

Expectativa de realização	30/09/2026	30/09/2027	30/09/2028	Após 2028	Total
Imposto de renda e contribuição social a realizar	109.840	91.987	232.728	72.919	507.474

Consolidado

	31 de dezembro de 2023	Efeito no resultado do exercício	31 de dezembro de 2024	Efeito no resultado do período	Reestruturação societária	30 de setembro de 2025
Impostos diferidos ativos						
Prejuízo fiscal	251.052	89.676	340.728	164.046	-	504.774
Diferenças temporárias						
Instrumentos financeiros derivativos	203.939	25.093	229.032	(19.914)	-	209.118
Outras diferenças temporárias	82.063	(5.487)	76.576	2.015	17.991	96.582
Plano de remuneração em ações	16.792	12.578	29.370	18.254	-	47.624
Amortização de ativos intangíveis	31.006	(3.080)	27.926	(2.782)	-	25.144
Total impostos diferidos ativos	584.852	118.780	703.632	161.619	17.991	883.242
Impostos diferidos passivos						
Instrumentos financeiros derivativos	(10.697)	8.828	(1.869)	-	-	(1.869)
Benefício fiscal sobre ágio	(190.114)	(84.050)	(274.164)	(63.038)	-	(337.202)
Outras diferenças temporárias	(43.245)	(5.467)	(48.712)	33.159	-	(15.553)
Total impostos diferidos passivos	(244.056)	(80.689)	(324.745)	(29.879)	-	(354.624)
Impostos diferidos ativos (passivos), líquido	340.796	38.091	378.887	131.740	17.991	528.618

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$499.646 na Controladora e R\$504.773 no Consolidado. Estes prejuízos se referem a histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia. A Companhia não possui créditos fiscais diferidos não constituídos.

Expectativa de recuperação - Ativo fiscal diferido

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, considerando a projeção de lucros tributáveis futuros, a Administração das controladas estimam que a realização dos créditos fiscais diferidos, está conforme apresentado a seguir:

Expectativa de realização	30/09/2026	30/09/2027	30/09/2028	Após 2028	Total
Imposto de renda e contribuição social a realizar	114.418	95.820	242.425	75.955	528.618

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Instrumentos financeiros

A Companhia detém os seguintes instrumentos financeiros:

	Hierarquia	Controladora		Consolidado	
		30 de setembro de 2025	31 de dezembro 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro 2024
Ativos financeiros					
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Aplicações financeiras		147.933	117.635	148.225	122.810
Contas a receber de clientes		530.233	917.614	579.580	1.004.375
Outras contas a receber		910	2.162	910	2.162
Partes relacionadas		623.494	415.305	624.613	416.565
		1.302.570	1.452.716	1.353.328	1.545.912
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	Nível 1	42.023	-	42.023	-
Investimentos	Nível 1	14.023	11.876	14.023	11.876
		56.046	11.876	56.046	11.876
Total de ativos financeiros		1.358.616	1.464.592	1.409.374	1.557.788
Passivos financeiros					
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores		233.843	192.688	215.464	166.354
Contas a pagar de aquisição		362	163.043	362	163.043
Passivo de arrendamento		76.865	71.538	79.318	74.999
Empréstimos e financiamentos		3.038.267	2.645.063	3.038.267	2.645.063
		3.349.337	3.072.332	3.333.411	3.049.459
Passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado					
Contas a pagar de aquisição societária	Nível 3	-	383.156	-	383.156
		-	383.156	-	383.156
Total de passivos financeiros		3.349.337	3.455.488	3.333.411	3.432.615

A exposição da Companhia a certos riscos associados aos instrumentos financeiros é discutida na nota 23.

A exposição máxima ao risco de crédito no final do exercício é o montante de cada classe de ativos financeiros acima mencionados.

(a) Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos

A companhia possuía derivativo de swap com objetivo de proteger a sua exposição ao risco cambial nas operações em moeda estrangeira, especialmente para os contratos de empréstimo. Este derivativo é mensurado a valor justo e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo resultante é um ganho, e como instrumento financeiro passivo quando o resultado do valor justo é uma perda. Todos os ganhos e perdas resultantes deste derivativo são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Em 30 de setembro de 2025, não existem derivativos designados como *hedge accounting*.

(b) Reconhecimento do valor justo

(i) Hierarquia do valor justo

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia avaliou os valores justos de seus instrumentos financeiros. Esta avaliação não indica valores justos significativamente diferentes dos montantes contabilizados. Os valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base nas informações de mercado disponíveis e nas metodologias de avaliação adequadas.

A política da Companhia é reconhecer as transferências de e para os níveis de hierarquia de valor justo no final do período de relatório.

Não houve transferências entre níveis para mensuração recorrentes de valor justo durante os exercícios da demonstração financeira.

(ii) Técnicas de avaliação utilizadas para determinar os valores justos

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- a utilização de preços de mercado cotados para instrumentos semelhantes;
- o valor justo dos derivativos é calculado com a *Black & Scholes*; e
- o valor justo dos instrumentos financeiros restantes é determinado com base na análise do fluxo de caixa descontado.

Todas as estimativas de valor justo restantes são incluídas no nível 2, exceto para a contraprestação contingente e certos contratos derivativos, onde os valores justos foram determinados com base em valores atuais e as taxas de desconto utilizadas foram ajustadas para contraparte ou próprio risco de crédito.

Se os insumos usados para mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo caem em diferentes níveis da hierarquia de valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada na íntegra no mesmo nível da hierarquia de valor justo como o insumo de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

(iii) Mensuração do valor justo usando inputs não observáveis significativos (nível 3)

A tabela a seguir apresenta as movimentações de itens do nível 3 para período findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora	Consolidado
Mensuração de valor justo recorrentes:	Contas a pagar de aquisição societária	Contas a pagar de aquisição societária
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(394.282)	(394.282)
Pagamentos efetuados	45.660	45.660
Variação nas contas a pagar de aquisição societária	(34.534)	(34.534)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(383.156)	(383.156)
Pagamentos efetuados	308.294	308.294
Variação nas contas a pagar de aquisição societária	74.862	74.862
Saldo em 30 de setembro de 2025	-	-

(iv) Transferências entre nível 2 e nível 3

Para o período findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não transferiu nenhum instrumento financeiro do nível 2 para nível 3.

(v) Processos de avaliação

O departamento financeiro da Companhia realiza e revisa as avaliações dos itens exigidos para fins de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo os valores justos do nível 3. Discussões sobre processos de avaliação e resultados estão de acordo com os períodos de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Além disso, a Companhia contrata especialistas independentes para mensurar o valor justo de certos ativos financeiros.

Os principais insumos de nível 3 utilizados pela Companhia são derivados e avaliados da seguinte forma:

- As taxas de desconto para ativos financeiros e passivos financeiros são determinadas usando um modelo de preço de ativos de capital para calcular uma taxa de pré-imposto que reflita as avaliações atuais do mercado sobre o valor temporal do dinheiro e o risco específico para o ativo;

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Os ajustes de riscos específicos das contrapartes (incluindo pressupostos sobre as taxas de inadimplência de crédito) são derivados de dados de mercado observáveis de classificação de risco de crédito;
- Os fatores de crescimento dos ganhos para títulos de capital não cotados são calculados com base em informações de mercado para tipos semelhantes de empresas;
- Contraprestação contingente – os fluxos de caixa esperados são estimados com base nos termos das aquisições de investimentos e o conhecimento da entidade sobre o negócio, bem como o ambiente econômico atual.

23. Riscos

(a) Gestão de riscos financeiros

A Companhia monitora os riscos de mercado, crédito e operacional em consonância com os objetivos da gestão de capital e conta com o apoio, acompanhamento e supervisão do Conselho de administração em decisões relacionadas à gestão de capital e seu alinhamento com os objetivos e riscos. A Companhia monitora a efetividade da gestão de risco.

As análises de sensibilidade nas seções a seguir estão relacionadas à posição em 30 de setembro de 2025.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia na gestão do capital são:

- Maximizar o valor dos acionistas;
- Garantir a continuidade operacional, para que a Companhia continue a fornecer retornos para os acionistas e benefícios para outras partes interessadas; e
- Manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo do capital.

A fim de manter ou alterar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o montante dos dividendos pagos aos acionistas, devolver o capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida.

Não foram feitas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital durante o período findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

(i) *Risco de câmbio*

A Companhia não atua fora do Brasil e não possui exposição ao risco cambial em transações comerciais, ou seja, receitas ou despesas.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Risco de liquidez

A gestão da Companhia tem a responsabilidade de mitigar o risco de liquidez. A fim de atingir seus objetivos, a administração revisa regularmente o risco e mantém as reservas apropriadas, incluindo linhas de crédito bancário com as instituições financeiras de primeira linha. A gestão monitora continuamente os fluxos de caixa projetados e reais e a combinação dos perfis de maturidade dos ativos e passivos financeiros.

Os principais requisitos para os recursos financeiros utilizados pela Companhia surgem da necessidade de efetuar pagamentos para impressão de material didático, despesas de frete, despesas operacionais, obrigações trabalhistas e sociais e outros desembolsos operacionais.

A tabela abaixo resume o perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base nos valores não descontados contratados:

Controladora:

	A vencer				Total
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	A vencer após 5 anos	
Em 30 de setembro de 2025					
Fornecedores	233.843	-	-	-	233.843
Arrendamento	10.042	24.500	40.973	1.350	76.865
Empréstimos e financiamentos	48.600	640.654	2.349.013	-	3.038.267
Contas a pagar de aquisição societárias	-	362	-	-	362
	292.485	665.516	2.389.986	1.350	3.349.337

	A vencer				Total
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	A vencer após 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	192.688	-	-	-	192.688
Arrendamento	8.745	28.782	34.011	-	71.538
Empréstimos e financiamentos	96.615	408.867	2.139.581	-	2.645.063
Contas a pagar de aquisição societárias	4.350	541.520	329	-	546.199
	302.398	979.169	2.173.921	-	3.455.488

Consolidado:

	A vencer				Total
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	A vencer após 5 anos	
Em 30 de setembro de 2025					
Fornecedores	215.464	-	-	-	215.464
Arrendamento	10.239	25.027	42.702	1.350	79.318
Empréstimos e financiamentos	48.599	640.655	2.349.013	-	3.038.267
Contas a pagar de aquisição societárias	-	362	-	-	362
	274.302	666.044	2.391.715	1.350	3.333.411

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	A vencer				Total
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	A vencer após 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	166.354	-	-	-	166.354
Arrendamento	10.413	28.638	35.948	-	74.999
Empréstimos e financiamentos	96.616	408.866	2.139.581	-	2.645.063
Contas a pagar de aquisição societárias	4.350	541.520	329	-	546.199
	277.733	979.024	2.175.858	0	3.432.615

(iii) Risco de contraparte financeira

Esse risco surge da possibilidade de que a Companhia pode incorrer em perdas devido ao padrão de suas contrapartes. Para atenuar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes.

Os limites de crédito da contraparte, que levam em conta as classificações de crédito publicadas e outros fatores, são estabelecidos para cobrir a exposição total da Companhia a uma única instituição financeira. As exposições e os limites aplicáveis a cada instituição financeira são aprovados pela tesouraria dentro das diretrizes aprovadas pelo Conselho e são revisados regularmente.

(iv) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juro é o risco do valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem devido às variações das taxas de juro do mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros do mercado refere-se principalmente aos investimentos da Companhia com taxas de juros flutuantes. A companhia é exposta principalmente às flutuações nas taxas do CDI em aplicações financeiras, partes relacionadas, contas a pagar de aquisição societária e empréstimos e financiamentos.

Análise de sensibilidade

A Companhia tem uma parcela significativa de suas aplicações financeiras indexadas à variação do CDI. De acordo com as taxas de referência obtidas no website da Bolsa de Valores Brasileira - B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e projetada para 12 meses, em 30 de setembro de 2025 a taxa do CDI era de 9,92%.

Em 30 de setembro de 2025, a administração da Companhia estimava dois cenários das taxas do CDI em + 10% e -10%, os quais foram utilizados como base para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela administração e o efeito no resultado antes do imposto de renda:

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora:

	Exposure	+10%	-10%
Caixa e equivalentes de caixa	634.626	6.295	(6.295)
Aplicações financeiras	147.933	1.467	(1.467)
Contas a pagar de aquisição societária	362	4	(4)
Partes relacionadas	629.414	6.244	(6.244)
Empréstimos e financiamentos	3.038.267	24.888	(24.888)

Consolidado:

	Exposure	+10%	-10%
Caixa e equivalentes de caixa	663.953	6.295	(6.295)
Aplicações financeiras	148.225	1.467	(1.467)
Contas a pagar de aquisição societária	362	4	(4)
Partes relacionadas	630.533	6.244	(6.244)
Empréstimos e financiamentos	3.038.267	24.888	(24.888)

A Companhia realiza a avaliação do seu valor justo no final de cada exercício, a fim de contabilizar quaisquer alterações a ela, conforme divulgado na nota 23. Estes derivativos, que não são comercializados publicamente, têm condições específicas que não nos permitem apresentar uma análise de sensibilidade em relação às taxas de juros específicas ou índices de mercado.

Mudanças em passivos adquiridos em atividades de financiamento:

Controladora:

	31 de dezembro de 2023	Fluxo de caixa	Outros	31 de dezembro de 2024	Fluxo de caixa	Outros	30 de setembro de 2025
Passivos de arrendamento	42.422	(41.654)	70.770	71.538	(41.476)	46.803	76.865
Empréstimos e financiamentos	1.862.920	491.314	290.829	2.645.063	76.066	317.138	3.038.267
Total	1.905.342	449.660	361.599	2.716.601	34.590	363.941	3.115.132

Consolidado:

	31 de dezembro de 2023	Fluxo de caixa	Outros	31 de dezembro de 2024	Fluxo de caixa	Outros	30 de setembro de 2025
Passivos de arrendamento	43.854	(43.222)	74.367	74.999	(43.275)	47.594	79.318
Empréstimos e financiamentos	1.862.920	491.314	290.829	2.645.063	862.441	(469.237)	3.038.267
Total	1.906.774	448.092	365.196	2.720.062	819.166	(421.643)	3.117.585

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Contingências

Processos judiciais

A Companhia é parte em processos trabalhistas e tributários em andamento, que surgem durante o curso normal dos negócios. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses assuntos são estimadas e ajustadas periodicamente pela administração, suportada na opinião de seus consultores jurídicos externos.

	Controladora			Total
	Cível	Trabalhista	Tributário	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	179	1.496	971	2.646
Adições	310	4.310	1.390	6.010
Reversões	(193)	(1.871)	(1.057)	(3.121)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	296	3.935	1.304	5.535
Adições	1.078	9.895	191	11.164
Reestruturação societária	5.010	606	-	5.616
Reversões	(808)	(8.142)	(150)	(9.100)
Saldos em 30 de setembro de 2025	5.576	6.294	1.345	13.215

	Consolidado			Total
	Cível	Trabalhista	Tributário	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	218	1.484	982	2.684
Adições	666	4.634	1.394	6.694
Reversões	(472)	(1.975)	(1.058)	(3.505)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	412	4.143	1.318	5.873
Adições	2.832	9.941	191	12.964
Reestruturação societária	5.010	606	-	5.616
Reversões	(1.072)	(8.385)	(150)	(9.607)
Saldos em 30 de setembro de 2025	7.182	6.305	1.359	14.846

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia era parte em ações classificadas como perda possível, totalizando na Controladora R\$ 6.481 (2024: R\$ 6.188) e no Consolidado R\$ 6.481 (2024: R\$ 8.295), conforme demonstrado abaixo:

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Civil (a)	4.939	3.381	4.939	4.119
Trabalhista (b)	461	1.853	461	3.222
Tributário	1.081	954	1.081	954
Total	6.481	6.188	6.481	8.295

- (a) Os processos cíveis referem-se, principalmente, às reivindicações de clientes, incluindo os relacionados à quebra de contratos, entre outros.
- (b) Os processos trabalhistas foram apresentados por ex-funcionários ou funcionários de prestadores de serviços terceirizados que buscam responsabilidade conjunta para os atos dos fornecedores e prestadores de serviços da Companhia.

25. Transações não caixa

Durante o período findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou as seguintes atividades não caixa que não são refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Adição e modificação de contrato de arrendamento (nota 12)	38.009	65.693	39.556	69.035
Efeito reflexo em investidas – plano de remuneração baseado em ações	2.011	6.244	2.011	6.244
Dividendos declarados a receber	-	35.909	-	-

26. Eventos subsequentes do período

Aquisição da Edify Education

Em 13 de novembro de 2025, a Companhia assinou um acordo para adquirir a Edify Education S.A., que desenvolve e oferece soluções educacionais completas para o ensino da língua inglesa no segmento de ensino fundamental e médio. Suas soluções combinam materiais didáticos impressos e digitais, trilhas pedagógicas estruturadas, plataformas educacionais e suporte contínuo às escolas parceiras, contribuindo para a implementação ou fortalecimento de programas bilíngues e de inglês em instituições de ensino básico.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O preço de compra totaliza R\$105.600, a ser pago em duas parcelas. A primeira parcela, no valor de R\$53.100, será paga no fechamento do negócio atualizada pelo CDI desde a data de assinatura do acordo. O saldo restante será atualizado pela taxa CDI pro rata e será pago integralmente dois anos após a data de fechamento.

A transação está sujeita às condições habituais de fechamento, incluindo aprovações antitruste e outras aprovações regulatórias. O pedido antitruste relacionado a esta transação foi apresentado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Brasil e está atualmente em análise. O fechamento da aquisição só ocorrerá após o recebimento da aprovação final do CADE.

Esta transação amplia a presença da Arco no mercado suplementar, adicionando soluções de alta qualidade com preços complementares ao seu portfólio. A Arco acredita no grande potencial do inglês como segunda língua e nas tendências favoráveis do mercado para as habilidades do século XXI. Um portfólio ainda mais forte posiciona melhor o Grupo para capturar essa demanda fora da base escolar da Companhia.

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Em observância às disposições constantes, nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do período findo em 30 de setembro de 2025.

Fortaleza, 15 de dezembro de 2025.

Ari de Sá Cavalcante Neto

Diretor Presidente

Arieh Levin

Diretor de Relações com Investidores



Declaração dos diretores sobre o parecer emitido pelos auditores independentes

Em observância às disposições constantes, nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A. (“Companhia”) declara que discutiu, reviu e concordou com as conclusões expressas no relatório dos Auditores Independentes Auditores Independentes Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda. sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao período findo em 31 de setembro de 2025.

Fortaleza, 15 de dezembro de 2025.

Ari de Sá Cavalcante Neto

Diretor Presidente

Arieh Levin

Diretor de Relações com Investidores

